Sábado, 16 de maio de 2026 I Série — Número 92

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

# REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE MAIO DE 2026

**Presidente**: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

## S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Ao abrigo do artigo 74.º do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PCP, sobre «Portugal, a soberania nacional, a resposta à crise e a defesa da paz». Depois de o Deputado Paulo Raimundo (PCP) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) terem aberto o debate, intervieram, a diverso título, além destes oradores e dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte) e Adjunto e da Energia (Jean Barroca), os Deputados Rodrigo Saraiva (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Hernâni Dias (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS), Fabian Figueiredo (BE), João Tilly (CH), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP), Rui Fernandes (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Patrícia Gonçalves (L), Alberto Fonseca (PSD), Alfredo Maia (PCP), Paulo Seco (CH), Jorge Pinto (L), Paulo Núncio (CDS-PP), Paulo Moniz (PSD), António Mendonça Mendes (PS), António Carneiro (CH), Hugo Carneiro (PSD) e Pedro Pinto (CH). No encerramento do debate, proferiram

intervenções o Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional (Nuno Pinheiro Torres) e a Deputada Paula Santos (PCP).

Foram apreciados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 65/XVII/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 34/94, de 14 de setembro, que define o regime de acolhimento de estrangeiros ou apátridas em centros de instalação temporária, a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, e a Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, que, a requerimento do PSD, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias; os Projetos de Lei n.os 249/XVII/1 (CH) — Altera o regime de concessão de asilo e proteção subsidiária, com vista a reforçar o controlo das fronteiras externas e da permanência e trânsito de cidadãos estrangeiros em território nacional, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias; e 576/XVII/1.ª (L) — Proíbe a detenção de pessoas particularmente vulneráveis em centros de instalação temporária e espaços equiparados, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias; juntamente com o Projeto de Resolução n.º 865/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que garanta a audição em tribunal de pessoas estrangeiras detidas na fronteira, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro) e do Secretário de Estado Ajunto da Presidência e Imigração (Rui Armindo Freitas), os Deputados Pedro Delgado Alves (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Fabian Figueiredo (BE), Cristina Rodrigues (CH), Paulo Muacho (L), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Rui Rocha (IL), Nuno Jorge Gonçalves (PSD) e Nuno Gabriel (CH).

Foram lidos os Projetos de Voto n.os 535/XVII/1.ª (PAR) — De pesar pela morte de Carlos Brito; Projeto de Voto n.º 549/XVII/1.ª (PSD) — De pesar pelo falecimento de José Adriano Gago Vitorino, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas *(a)*, após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas *a)* dos Projetos de Voto n.os 539/XVII/1.ª (Comissão de Assuntos Europeus) — De saudação pela celebração do Dia da Europa; 540/XVII/1.ª (Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De saudação pelo Centenário da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova; 545/XVII/1.ª (PAR) — De saudação pelo centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia; e 546/XVII/1.ª (PAR) — De saudação pelos 128 anos do Aquário Vasco da Gama.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 970/XVII/1.ª (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, IP.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 128/XVII/1.ª (L) — Recomenda a proibição dos voos noturnos no Aeroporto de Lisboa.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 193/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que adote medidas adequadas a prevenir e punir os furtos de colheitas, combustível, gado e máquinas agrícolas.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.os 195/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a reativação e valorização da fileira da lã em Portugal; 202/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias à reativação da fileira da lã; e 476/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a valorização da fileira da lã.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 770/XVII/1.ª (L) — Por um cessar-fogo imediato no Líbano e proteção da população civil.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 775/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a interdição do uso da Base das Lajes e do espaço aéreo português a aeronaves envolvidas na operação militar contra o Irão.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 814/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que proponha, no seio da União Europeia, a revisão das exclusões da lista de sanções contra a Federação Russa obtidas por proposta dos governos da Hungria e da Eslováquia.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.os 796/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a cedência do antigo Internato de Santo António ao Turismo de Portugal para a criação da Residência de Estudantes da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre; e 893/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para reforçar a capacidade de atração e de frequência da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, designadamente através da criação de uma resposta de alojamento estudantil adequada.

Em votação final global, foram aprovados o texto final, relativo aos Projetos de Resolução n.os 752/XVII/1.ª (PSD) e 776/XVII/1.ª (CH), apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação — Recomenda ao Governo medidas para assegurar o acesso livre, equitativo e não discriminatório aos terminais rodoviários de passageiros, uniformizar o respetivo quadro técnico e funcional, prevenir conflitos de interesse na sua gestão, reforçar o regime sancionatório e proceder a uma auditoria nacional ao funcionamento dos terminais rodoviários e às práticas concorrenciais no setor; o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º 688/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e reabilitação da Igreja de Santa Catarina e Convento dos Paulistas, em Lisboa; e o texto final, relativo aos Projetos de Resolução n.os 25/XVII/1.ª (CDS-PP) e 774/XVII/1.ª (PS), apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto — Recomenda ao Governo a valorização das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede como momento fundador dos 900 anos de Portugal, em articulação com o município de Guimarães.

Foi ainda aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a um Deputado do PS.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 31 minutos.

*(a)* Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Sr.as e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

*Eram 10 horas e 1 minuto.*

Peço às forças de segurança o favor de abrirem as portas das galerias para acesso ao público.

*Pausa.*

Cumprimento o Sr. Ministro e os restantes Membros do Governo.
Pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para informar a Câmara de que já se encontra nos suportes institucionais da Assembleia da República o conjunto das iniciativas que deram entrada desde a nossa última reunião. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Penso que estamos em condições de iniciar o debate. Penso que estamos em condições de iniciar o debate. Não está o CDS-PP nem o Bloco de Esquerda…

*Pausa.*

Vamos então dar início, ao abrigo do artigo 74.º do Regimento, ao debate de atualidade, requerido pelo PCP, sobre «Portugal, a soberania nacional, a resposta à crise e a defesa da paz».
Srs. Deputados, vou dar a palavra a Sr. Deputado Paulo Raimundo para a primeira intervenção de abertura. Faça favor.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Portugal, tal como define a Constituição da República, só se pode assumir como um intransigente defensor do direito internacional, construtor da paz, e pugnar pela solução política dos conflitos. Depois de duas guerras mundiais e de milhões de mortos, depois da nossa própria experiência da guerra colonial, a que o 25 de abril pôs fim, só pode ser concluído, unanimemente, que a guerra é para parar e fazer tudo para que não torne a voltar.
É verdade que Portugal não pode sozinho impor a paz, mas pode e deve, com outros países, romper com o coro da loucura da guerra e da corrida aos armamentos.
Portugal não é uma província da União Europeia, muito menos um apêndice dos Estados Unidos e da NATO (North Atlantic Treaty Organization), mesmo que o Governo, e pelos vistos Marco Rubio, achem outra coisa.
Portugal tem de ter uma voz própria e soberana, que deve ser usada para defender os interesses nacionais e intervir sempre no sentido da paz.
Há 12 anos despoletou a guerra na Ucrânia. Há 12 anos que o PCP alerta para a situação dramática e defende uma solução política para o fim do conflito. Durante todos estes anos, alguns, aqui, ignoraram o que se passava, outros fizeram de conta que não era nada,…

*Protestos do Deputado do CH João Ribeiro.*

… e depois aplaudiram e aplaudem, de pé,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Rússia!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … a continuação da guerra com os resultados que estão à vista. Aplaudem uma guerra que envolve outros, mas, cinicamente, não assumem as consequências das suas opções. Alguns são os mesmos que fecharam e fecham os olhos perante o genocídio do povo da Palestina e que se vergam perante as ordens dos Estados Unidos, as suas chantagens, bloqueios, sanções,…

O Sr. **Paulo Núncio** (PSD): — É preciso ter lata!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … ameaças, inclusive ameaças e chantagens a povos e países da União Europeia.

É com enorme preocupação que se constata que PSD, CDS, Chega, Iniciativa Liberal, são entusiastas da corrida aos armamentos, apoiam agora…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A Ucrânia!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … a loucura da guerra que os Estados Unidos e Israel levam contra o Irão e arrastam o país para a agressão, transformando a Base das Lajes numa plataforma de ataque ao Irão, de ataque ao Líbano e também à Palestina.

Depois de há 23 anos, também nas Lajes e também pela mão de PSD e CDS, o País ter sido humilhado ao acolher a cimeira da mentira da guerra contra o Iraque, voltam hoje, pelas mãos dos mesmos protagonistas, a arrastar Portugal para uma guerra que só serve aqueles que fazem negócios milionários com ela.

Colocar o território nacional ao serviço da guerra é uma incompreensível opção, sobre a qual se exige o total esclarecimento e apuramento de responsabilidades e das suas consequências.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Cinismo!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — A guerra é vossa, mas a fatura, essa, querem sempre que sobre para o povo pagar. O aumento do custo de vida que enfrentamos tem lá a marca, tem a marca do PSD, do CDS, da Iniciativa Liberal e do Chega. Quando pagamos mais 20 % por litro de gasóleo, mais 16 % por litro de gasolina, mais 18 % por uma botija de gás que já custa quase 40 euros, podemos agradecer ao PSD, ao CDS, ao Chega e à Iniciativa Liberal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A culpa não é do Putin? O Putin não tem nada que ver com isso?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Um agradecimento que se estende aos preços, nunca vistos, nos alimentos ou novos aumentos das prestações mensais à banca, nos empréstimos à habitação. Mas também com implicações dramáticas nos pequenos agricultores que, já há muito, estavam profundamente pressionados e hoje enfrentam aumentos que não aguentam, desde logo, o preço dos fertilizantes, que custam hoje mais 50 %.

A vossa guerra serve a indústria do armamento, serve os lucros das GALP, das SONAE, das Jerónimo Martins, serve a banca, mas não serve os povos, desde logo, o nosso povo.

Os entusiastas da guerra são os mesmos que querem privatizar tudo, atacar o direito à saúde, à educação, à segurança social e à habitação e que, nesta particular situação, querem impor — pasme-se —, perante o brutal aumento do custo de vida, ainda mais exploração, ainda mais ataque aos salários com o pacote laboral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual pacote?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ainda mais exploração, ainda mais baixos salários, ainda mais precariedade, ainda mais desregulação dos horários de trabalho, trabalho à borla,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chama-se reforma laboral! Trabalhar à borla é na festa do *Avante*!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … despedimentos sem justa causa, não serve aos trabalhadores nem ao País, em nenhuma circunstância, e muito menos numa altura em que se enfrenta este brutal aumento do custo de vida.

O quadro internacional e a situação do País impõem a defesa dos interesses nacionais e o fim da vergonhosa utilização do território, ou do espaço nacional, na continuação desta agressão de Trump e daqueles que o apoiam.

A situação exige coragem. Coragem para travar a loucura da guerra, coragem para travar este caminho louco das corridas aos armamentos, coragem para aumentar salários, regular preços, apoiar os sectores produtivos. Coragem para afirmar Portugal como aquilo que ele é, um País soberano, promotor da paz e da cooperação entre os povos, tal como está inscrito na Constituição da República Portuguesa.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Também para uma intervenção inicial, dou a palavra do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Acho muito mal o Sr. Deputado Paulo Raimundo estar ali sozinho!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Vou ter companhia muito rapidamente!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Governo assume que os portugueses devem dispor de uma visão clara sobre o papel de Portugal num sistema internacional crescentemente marcado pela instabilidade, conflito e imprevisibilidade.

Portugal tem como eixos estruturantes da sua política externa, três espaços geopolíticos e geoestratégicos centrais: a União Europeia, a NATO e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A nossa presença nestas três dimensões de pertença e de partilha, bem como a defesa dos princípios que lhes dão corpo, não são escolhas circunstanciais nem flutuam ao sabor das vicissitudes internacionais, por muito graves que estas se assumam. Pelo contrário, constituem prioridades estratégicas permanentes com as quais Portugal está amplamente comprometido.

Num sistema internacional marcado por uma enorme tensão geopolítica, julgamos esta clareza estratégica como crucial e imprescindível.

A responsabilidade de quem governa não se limita apenas a valorizar e reforçar estes eixos, envolve, também, o dever democrático de expor e diferenciar aqueles que, histórica e ideologicamente, costumam desconsiderá-los, devido a perfilharem outras visões do mundo, designadamente as que evidenciam uma oposição sistemática, por vezes até obstinada, em relação à nossa ligação à Aliança Atlântica, e que, inclusivamente, não conseguem esconder o seu desconforto e insatisfação com a verdadeira comunhão de liberdade e de bem-estar que é a União Europeia.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Só que esta opção, nunca o esqueçamos, caso tivesse acolhimento, que não tem nem terá, aportaria consequências graves e nocivas para os portugueses, pois colocaria em causa alguns dos compromissos mais sólidos que Portugal assumiu e arriscaria, irresponsavelmente, o interesse supremo do País.

Defender a NATO, defender a União Europeia e defender a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), hoje mais do que nunca, é defender também a estabilidade, a segurança e a projeção internacional de Portugal,…

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … assegurando que o País mantém a sua marca de coerência e credibilidade numa ordem global cada vez mais complexa e desafiadora.

No plano das relações externas, o Governo garante que Portugal atua e atuará sempre à luz do Direito Internacional e dos compromissos que assumiu com os seus aliados, assim como no quadro da defesa intransigente da nossa soberania nacional.

O Governo português continuará a agir com prudência, responsabilidade e no absoluto respeito pelos mecanismos legais aplicáveis à utilização de quaisquer forças no território nacional.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a responsabilidade e coerência que assumimos nas posições internacionais, também o Governo português tem uma preocupação de que estas se reflitam igualmente no plano interno.

O Governo concretizou medidas estratégicas que protegem o poder de compra e que asseguram a estabilidade das famílias e de toda a atividade económica. Avançamos com medidas na área da energia e no apoio ao aumento do custo de vida. De um modo transversal, optamos por decisões com impacto real na vida dos portugueses em vez de optarmos por outras, que tantas vezes são exigidas na praça pública e que, eventualmente, apenas seriam aptas para angariar popularidade fácil, mas que colocariam em causa a sustentabilidade do País.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Estamos convictos de que estes são os alicerces da política externa e da política interna que garantem a soberania, a estabilidade e a credibilidade para Portugal.

É este o compromisso que temos para com o nosso País, com os portugueses, contribuindo para um clima de equilíbrio e de paz. E é esta coerência que devemos reafirmar, em qualquer debate, frente a todos os que pretendam desvirtuar os princípios mais permanentes e identitários, aqueles que nos definem enquanto nação democrática, credível e respeitada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro. Temos dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Raimundo, e dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro. Para o primeiro pedido de esclarecimento…

*Pausa.*

Então, temos três pedidos de esclarecimento ao PCP e dois pedidos de esclarecimento ao Governo. Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal. Faça favor.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Obrigado, Sr. Presidente, cumprimento os Membros do Governo, as Sr.as e Srs. Deputados. Sr. Deputado Paulo Raimundo, o Partido Comunista Português traz hoje a este Parlamento um debate sobre soberania, resposta à crise e defesa da paz, partindo do atual conflito militar entre Estados Unidos e Israel e o Irão, mas também das situações da Venezuela e de Cuba.

É evidente que a guerra, qualquer ela, e a instabilidade internacional têm impacto no custo de vida, nos combustíveis, na energia, nos produtos alimentares, nas empresas portuguesas, mas se esse é o critério para a urgência deste debate, a pergunta inevitável é: onde estava o PCP em 2022?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Fevereiro, março, abril de 2022,…

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Onde é que estavam quando os preços subiram? Onde é que estavam?

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … onde é que estava este sentido de urgência quando a Rússia invadiu a Ucrânia?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Ou aquilo não é uma guerra? Onde é que estava essa defesa da paz, quando os ucranianos tinham de fugir das suas casas e refugiarem-se? Quando eram bombardeadas,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Exato!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … quando civis eram assassinados, quando crianças eram raptadas e quando a Rússia rasgava, sem qualquer pudor, a Carta das Nações Unidas e fazia manguitos ao direito internacional?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Onde é que estava o PCP, em 2022, quando também já era visível o aumento do custo de vida,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … da energia, dos combustíveis, dos produtos alimentares? Onde é que estavam? É que aqui, na Assembleia, não estavam ou estavam em silêncio, agachados, subservientes a Putin.

*Aplausos da IL e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, a atenção que tive à sua intervenção foi tanta que até tenho aqui algumas citações. Falou o Sr. Deputado de «loucura da guerra», disse que «Portugal não é uma província da União Europeia nem um apêndice da NATO».

Em relação à Ucrânia, disse que «alguns aqui ignoraram o que se passava».

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O PCP!

**Vozes do CH**: — Verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade, Sr. Deputado, alguns ignoraram o que se passava, o senhor, o Sr. Deputado Alfredo Maia e a Sr.ª Deputada Paula Santos —…

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

… foram os três que aqui ignoraram o que se passava na Ucrânia.

Quando o País inteiro se unia para prestar a sua solidariedade à Ucrânia e ao povo ucraniano, que tinha sido invadido, que era constantemente posto perante a situação de ter a sua vida em risco, de ver as suas crianças raptadas,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … houve três pessoas, neste Parlamento, que ignoraram: o Sr. Deputado, o Sr. Deputado Alfredo Maia e a Sr.ª Deputada Paula Santos, os três Deputados do Partido Comunista.

E, portanto, aquilo que lhe pergunto é: o que é que o Sr. Deputado queria? Que nós fôssemos apêndices de Moscovo?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que nós fôssemos teleguiados por Putin? Era isso que o Sr. Deputado queria?

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD e da IL.*

*Continuação de protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

*Neste momento, o Deputado do PCP Paulo Raimundo pôs a mão à frente da cara.*

Não, não tape a cara. Porque se tapa a cara … Ó Sr. Deputado, se tapa a cara eu até acho bem, mas deve tapar a cara é de vergonha.

**Vozes do CH**: — Isso!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Calma!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Deve tapar a cara é de vergonha! Porque o Sr. Deputado vir aqui dizer que nós não somos uma província da União Europeia ou que não somos um apêndice da NATO, quando os senhores se agacham constantemente perante a Rússia, o que é que o Sr. Deputado queria?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Que agora engolíssemos a proposta da Rússia de pôr Schroeder como responsável de uma negociação de paz? Isso é que é promover fantoches! Isso é que é promover aqueles que estão ao serviço dos interesses da Rússia,…

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … para tentar que a União Europeia e Portugal se rebaixem perante os interesses de Putin!

Mas há pior, os Srs. Deputados, ainda na semana passada, defendiam a União Soviética,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … todas as suas invasões, todas as suas guerras e, portanto, o que lhe pergunto,…

*Continuação de protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

… muito claramente, é: o direito internacional, que o Sr. Deputado aqui defende, é o direito internacional que a Rússia teve em conta quando invadiu a Ucrânia? É o direito internacional que a União Soviética defendeu quando invadiu todos esses países?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É esse o direito internacional do comunismo que matou tanta gente?

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, da IL e de Deputados do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hernâni Dias, tem a palavra, também, para pedir esclarecimentos. Faça favor.

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Raimundo, há uma questão que o PCP continua por esclarecer de forma convincente perante os portugueses. É que, num dos momentos mais graves para a segurança europeia desde a Segunda Guerra Mundial, que foi precisamente a altura em que a Rússia invadiu a Ucrânia,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — … violando, inclusivamente, o direito internacional e colocando em causa a estabilidade do continente europeu,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — … o PCP optou, não por uma condenação clara e inequívoca do agressor, mas tentou repartir responsabilidades pela NATO e pelos aliados ocidentais.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Todos menos a Rússia!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Aliás, diga-se que o PCP consegue responsabilizar toda a gente, Portugal, a Europa, a NATO,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O mundo! Os extraterrestres!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — … o mundo, até a associação lá da minha terra, mas nunca condena o agressor.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E isso, de facto, não é correto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Até os marcianos!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Também perante a NATO, continua a tratar a NATO, que, aliás, é simplesmente a Aliança que suporta a nossa segurança coletiva,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — … quase como uma entidade que ameaça a paz mundial.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É a NATO que faz isso! Não sou eu!

O Sr. **Hernâni Dias** (PSD): — Ou seja, é anti-NATO, mas nós isso já sabíamos. Por isso, pergunto-lhe de forma muito objetiva: como pode o PCP invocar soberania nacional e defesa da paz, ao mesmo tempo que relativiza a agressão de uma potência autoritária sobre um Estado soberano e continua a tratar a NATO mais como um inimigo ideológico do que como uma garantia efetiva da nossa defesa coletiva?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, tem a palavra para responder.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, obrigado aos Srs. Deputados que fizeram as questões, registo que foram todos pelo mesmo caminho, passaram ao lado de tudo o resto, mas percebe-se porquê — percebe-se porquê!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois percebe! Claro!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É porque têm responsabilidades acrescidas!

Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, com todo o respeito, pergunto-lhe onde é que o Sr. Deputado estava em 2014, quando iniciou a guerra na Ucrânia?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Os Deputados do PCP estavam aqui, em 2014, e alertámos para o que estava a acontecer,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Alertaram?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Agacharam-se a Putin, outra vez!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … chamámos a atenção para o problema e fizemos tudo o que esteve ao nosso alcance — ao nosso alcance — para travar aquilo que está à vista de todos hoje, com as consequências brutais.

E, Srs. Deputados, com toda a franqueza, não vale a pena estarmos com meias histórias, todas as ações de agressão, todas as guerras são condenáveis. Todos aqueles que iniciam a guerra são condenáveis.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Alto!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Alto? Mas qual alto, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estou admirado!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Mas qual alto? Não é alto, é muito baixinho. Baixinho como estes 12 anos de cumplicidade com o que está a acontecer na Ucrânia. E não é da parte do PCP, é da parte de cada um de vós.

*Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

Sr. Deputado João Almeida, de facto, o Sr. Deputado João Almeida aproveita estes debates para fugir a tudo,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A Ucrânia não é nada?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … para centrar-se sempre na sua opção ideológica.

Sr. Deputado, voltou à lista que voltou, na semana passada, dos países invadidos pela União Soviética.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah sim, e então? E então?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Esqueceu-se de um.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Qual? O Afeganistão?!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Esqueceu-se da invasão mais fundamental para nós estarmos aqui hoje. Sabe qual foi, Sr. Deputado? Foi a invasão da Alemanha nazi e quando se libertou a Europa e o mundo dos nazis.

**Vozes da IL**: — Ah!…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não gosta dessa? É um problema seu, não é um problema meu.
Mas eu queria agradecer…

*Protestos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

… queria agradecer…

*Continuação de protestos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados!…
Vamos parar o tempo.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … queria agradecer o facto de terem aqui sublinhado as minhas palavras, é porque elas revelam de facto importância — modéstia à parte — e também queria sublinhar o facto extraordinário de se achar que Portugal pode ser uma província da União Europeia,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Critique, uma vez que seja, o Estaline!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … de se achar que Portugal pode ser um apêndice dos Estados Unidos e da NATO, é, aliás, extraordinário e revelador também das vossas opções.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Uma vez na vida!

O Sr. **Presidente**: — Tenho agora dois pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro. Para formular o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do Partido Socialista. Faça favor.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Esqueceste-te do pacto MolotoV!

O Sr. **Presidente**: — Já estamos com outro pedido de esclarecimento a outro interventor. Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, Sr. Ministro, a pergunta é mesmo diretamente para si.

Sr. Ministro, depois da noite de ontem, nada ficará igual. Tal como nós previámos, o Governo acabou por conduzir o País a uma humilhação de dimensão planetária. O Governo português agachou-se sempre, ficou

sempre nas encolhas, nunca foi claro: a guerra começou no Irão, com um ataque ao Irão, que violou e violava o direito internacional, e o Governo só informou os partidos da oposição já o Irão estava a ser bombardeado.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Questionado na Comissão de Negócios Estrangeiros, o Sr. Ministro, quando foi confrontado sobre garantir que as condições impostas estavam a ser cumpridas, afirmou não ser possível garantir que as condições estavam a ser cumpridas. Os portugueses têm ouvido nas notícias *drones* assassinos e outros instrumentos de ataque de natureza ofensiva. E ontem, o Secretário dos Estados Unidos da América…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso não é verdade!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … veio dizer que Portugal não é apenas um País que colabora, é um País que não pergunta — o Governo desmentiu.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Governo desmentiu, mas a forma como sempre se agachou, desde o momento zero, tira-lhe credibilidade.

E não venha fugir, Sr. Ministro, ao debate quando vem dizer que o PCP alinha contra a NATO. Sr. Ministro, o Partido Socialista esteve sempre de acordo com a participação na NATO. Os Estados Unidos são nossos aliados, mas há uma diferença entre aliados e parceiros e um Governo subserviente, que não discute as decisões do seu aliado.

*Aplausos do PS.*

O chanceler alemão não é socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh, lá!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A Primeira-Ministra italiana não é socialista. Os senhores não servem o País e hoje os portugueses estão a pagar com um Governo que não defendeu os seus interesses.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi brilhante!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Dias!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, deve um esclarecimento a esta Câmara e estava à espera que o fizesse na sua intervenção de abertura. Nós ouvimos o Governo americano elogiar o Governo português por não perguntar nada. O Governo americano dá Portugal como exemplo de subserviência.

Repare, os portugueses pagam essa guerra irresponsável, que Portugal infelizmente facilita por culpa do seu Governo, na bomba de gasolina, no preço do supermercado, na prestação da casa, portanto, já chega de mentiras! A Base das Lajes é um entreposto logístico para uma guerra ilegal que Portugal permite, sem perguntar rigorosamente nada.

Na propaganda americana, o Sr. Ministro, o seu Governo, transformaram Portugal numa lapela da guerra ilegal, e deviam ter vergonha por causa disso. A nossa República é fundadora e é guardiã do direito internacional. Os portugueses merecem respeito porque estão a pagar caro as consequências dessa guerra

ilegal. Portanto, de uma vez por todas, digam a verdade à Assembleia da República, deem toda a informação. Quando é que souberam que os americanos iam usar a Base das Lajes?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Soubemos há uma data de anos, quando assinaram os acordos!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Perguntaram ou não perguntaram? Está o Governo americano a mentir?

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, faça favor. Para responder, tem 3 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, eu não fico surpreendido com a questão…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, peço desculpa, não tinha aqui anotado no papelinho um pedido, também de esclarecimento, do Sr. Deputado João Tilly. Faça favor, peço desculpa.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, ouvi-o com atenção, mas vamos deixar o politiquês e descer à terra, falar português para toda a gente entender.

E quando falamos em soberania nacional, a primeira coisa em que pensamos é na defesa do nosso território e aqui estamos bem, pelo menos no número de generais e de almirantes. Temos muitos, Sr. Ministro, realmente temos mais generais do que quartéis e do que os Estados Unidos, Espanha, França e o Brasil juntos. Também na Força Aérea temos mais generais do que aviões e na Armada temos mais almirantes do que navios. Mas, depois, queixamo-nos de que não há dinheiro para baixar a idade da reforma dos portugueses — …

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Oh! Já cá faltava!

O Sr. **João Tilly** (CH): — … faz realmente todo o sentido!

A segunda soberania é a alimentar e aí também não estamos mal, somos soberanos em arroz, azeite e vinho; no resto, produzimos 5 a 15 % do que consumimos. Portanto, se houver um cataclismo, sobrevivemos um mês e, a seguir, comemos caldo de arroz com azeite e bebemos vinho — também estamos desenrascados.

A terceira soberania é a energética e como dois terços da energia que consumimos é importada, se acontecer o tal cataclismo, teremos energia para quatro meses, tempo mais do que suficiente para assistirmos ao desmantelamento das esquadras da PSP,…

*Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

… por parte do nosso novo ministro *Robocop* ou *Caça Polícias*, que só vê crimes nas esquadras, não vê crimes em mais lado nenhum.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Entretanto, os étnicos, coitadinhos, vêem-se obrigados a fugir dos tribunais, como o de Ponte de Sôr, com a ajuda de outros étnicos, coitadinhos, uma vez que uma juíza decidiu condenar quem lhes dizia que eles tinham de cumprir a lei. Portanto, eles ficaram com a certeza absoluta de que não têm de cumprir lei nenhuma.

E, entretanto, a Ministra do Trabalho, ontem mesmo, denunciou na televisão o modelo português dos baixos salários e da baixa produtividade — e tem razão. Mas, depois, temos 800 000 jovens especializados emigrados, e mais uns milhares de técnicos a emigrar todos os anos ou a receber subsídios de desemprego,

enquanto importamos milhões dos indostânicos que não sabem fazer rigorosamente nada quando chegam a Portugal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique da Teresa** (IL): — Vêm para trabalhar!

O Sr. **João Tilly** (CH): — Odivelas e Martim Moniz mostram-nos milhares de imigrantes na rua o dia inteiro, a vaguear. Onde trabalham? Não sabemos. É um mistério tão grande como eu nunca ter visto nenhuma feminista…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso é outro debate!

O Sr. **João Tilly** (CH): — … de esquerda na rua, à noite, em Odivelas.
Sr. Ministro…

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, Sr. Ministro, tem 3 minutos para prestar esclarecimentos. Faça favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, o Governo não fica surpreendido com a questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda. Já era esperada.

Corresponde a uma retórica muitas vezes usada, repetida quase obsessivamente, e que, no fundo, significa que esta força política representada no Parlamento português está contra as opções estratégicas fundamentais de Portugal em política externa, designadamente a nossa participação na Aliança Atlântica e, eventualmente, até noutros eixos. Portanto, mais uma vez, não há grande surpresa.

Ao contrário, fica alguma surpresa, direi mesmo um pouco de estupefação, por ver o Partido Socialista — apesar de ter falado antes —, no ponto de vista do sentido da questão,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É o Governo português, Sr. Ministro! Não é a NATO!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … acabar por ir a reboque da pergunta, do tom e do sentido que foi colocado, aqui, pelo Bloco de Esquerda.

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Responda à pergunta!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Deputado, Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo português, sobre as declarações do Secretário de Estado norte-americano, já disse ontem a sua posição, que é a mesma de sempre:…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Qual é?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … é aquela que foi reafirmada nesta Casa, pelo Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, e que foi também dita aqui, em debates quinzenais,…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Qual é?!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Então diga!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … pelo Sr. Primeiro-Ministro…

*Protestos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Ministro está a responder! Se está a haver debate, ninguém consegue ouvir. Portanto, pedia à bancada, neste caso, do Partido Socialista o favor de ouvir.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — São uns arruaceiros! Não respeitam o Parlamento!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.
A posição é a mesma, não se alterou um milímetro: Portugal respeitou, respeita e respeitará…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vergonha!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … toda a legislação nacional e internacional sobre esta matéria, designadamente aquela que diz respeito aos sobrevoos e aterragens, que — aliás! — foi resultado de um Governo do Partido Socialista,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, não! É o senhor!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … através do Decreto-Lei n.º 2/2017,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não cumprem!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — É só música!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … na altura coligado materialmente com outras forças políticas, que agora parecem estar muito surpreendidas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não responde!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Respeitaremos todos os princípios e todas as emanações do direito internacional e da Organização das Nações Unidas.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas qual é a posição?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não vale a pena criar casos onde eles não existem. Portugal não é parte deste conflito.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!…

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Portugal respeita, de uma forma intrínseca e de uma forma que é inamovível, todos os preceitos de direito nacional e internacional sobre esta matéria.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS) — Mas qual é a posição?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E é lamentável, Sr. Deputado, é triste — devo dizê-lo — …

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Devia ter vergonha!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … que o Partido Socialista tente preencher as suas eventuais lacunas de extrema-esquerda…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ora bem!

*Protestos do PS.*

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … e que esteja a colar-se, desta forma seguidista, a uma retórica que não faz jus à sua história,…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Mas qual é a posição?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … inclusivamente à sua história recente.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Fabian Figueiredo, quer usar a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Queria solicitar à Mesa a distribuição do comunicado da Aliança Atlântica, que dá nota de que a Operação Fúria Épica não é uma operação da NATO, e para esclarecer o Sr. Ministro sobre essa matéria.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído. Logo que o faça chegar à Mesa, será distribuído.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Exatamente! Não percebeu a confusão, Sr. Ministro?

O Sr. **Presidente**: — Para uma primeira intervenção, pelo PCP, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, que dispõe de 1 minuto e 7 segundos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje, dia 15 de maio, assinala-se o Dia da Nakba — palavra árabe que significa «catástrofe» —, a catástrofe do povo palestiniano, expulso das suas terras e das suas casas a partir da criação do Estado de Israel, em 1948. Nas semanas e meses seguintes, o terror sionista expulsou cerca de 800 000 palestinianos das suas casas, das suas aldeias, dos seus bairros e das suas terras.

Estamos em 2026 e os crimes de Israel continuam em Gaza — a ocupação, o genocídio do povo palestiniano.

As questões que se colocam perante o Governo são as seguintes: o que está a ser feito contra essa impunidade, essa ocupação, essa colonização, esse genocídio, esse crime contra a humanidade que Israel

está a cometer na Palestina? Vai continuar a cooperação militar, policial, científica e económica entre Portugal e Israel?

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vai, vai!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Que mais ilegalidades e crimes, levados a cabo por Israel, são necessários para decidir a suspensão do Acordo de Associação União Europeia-Israel,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O PCP é que vai acabar!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … para que se acabe com este estatuto de privilégio chocante que continua a ser dado ao regime de *apartheid* de Israel…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É o PCP que vai acabar!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … e para que se concretize o Estado da Palestina, cumprindo as resoluções das Nações Unidas?

*Aplausos do PCP e do BE.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Os comunistas é que vão acabar!

O Sr. **Presidente**: — Lembro aos Srs. Deputados…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Os comunistas é que vão de vela!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se quiser intervir, inscreve-se e intervém — essa é a regra.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É um aparte, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Aliás, estou à espera de inscrições. Ninguém está inscrito.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Temos de dar trabalho à Redação, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Lembro aos Srs. Deputados…

*Protestos de Deputados do CH.*

Ó Srs. Deputados! Lembro aos Srs. Deputados que é em função da inscrição que resulta o uso da palavra.

O Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, pediu a palavra para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Falar de soberania nacional, além de pugnar sempre pela paz, é também falar da capacidade do Estado em responder aos problemas concretos das pessoas. Hoje, Portugal enfrenta uma crise profunda no custo de vida, na habitação, nos salários, na saúde e nos serviços públicos, e a crise não se resolve apenas com palavras bonitas sobre patriotismo ou com discursos ideológicos desligados, muitas vezes, da realidade — venham eles de onde vierem.

A verdadeira soberania constrói-se quando o País consegue garantir dignidade a quem trabalha, oportunidades aos jovens, proteção aos mais vulneráveis e, acima de tudo, respeito pelos direitos fundamentais plasmados na nossa Constituição da República.

Defender a paz é rejeitar extremismos, é promover o diálogo e a cooperação, é evitar também sinais de subserviência, e é garantir que a nossa soberania não é vendida ou entregue a regimes totalitários a troco de cedências que a comprometem.

Por isso, Portugal precisa menos de propaganda e mais de soluções, precisa menos de confronto externo e mais de responsabilidade política, e é isso que Portugal…

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Presumo que haja quem se queira inscrever, mas ainda não tenha reparado que se não houver mais inscrições passarei ao encerramento.

Estamos na primeira ronda, mas presumo que quem não se queira inscrever na primeira menos ainda o quererá fazer na segunda.

*Pausa.*

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Fernandes, do Chega.

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O PCP traz hoje a debate a soberania nacional, a crise e a defesa da paz, mas há uma contradição evidente neste discurso. Falam de soberania nacional enquanto continuam presos a uma visão ideológica que falhou em todo o lado onde foi aplicada, e como diz o povo, Srs. Deputados, «quem não aprende com os erros está condenado a repeti-los».

Soberania nacional é garantir que Portugal consegue decidir o seu futuro, proteger as suas fronteiras, defender a economia e assegurar que as vidas dos portugueses são dignas.

A verdade é que, hoje, os portugueses vivem pior. As famílias estão sufocadas pelo custo de vida, os jovens não conseguem comprar casa, os salários continuam baixos e as empresas estão esmagadas em impostos. Os portugueses continuam a pagar uma das cargas mais pesadas sobre combustíveis e energia, enquanto o Estado arrecada receitas recorde à custa da crise.

Perante tudo isto, o PCP continua a responder com as mesmas receitas de sempre: mais Estado, mais controlo, mais ideologia e mais dependência. E o Governo, em vez de aliviar verdadeiramente a carga sobre as famílias e as empresas, continua confortável a arrecadar receitas recorde à custa da crise e do empobrecimento dos portugueses.

Enquanto isso, o Chega já apresentou respostas concretas para aliviar a vida dos portugueses e das empresas, como por exemplo a redução do IVA (imposto sobre o valor acrescentado) nos combustíveis, a redução do IVA no gás, a eliminação do adicional sobre os produtos petrolíferos e a redução do IVA em bens essenciais.

Ainda hoje, perante a guerra na Ucrânia, o PCP prefere muitas vezes atacar o Ocidente, a NATO e os aliados europeus,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É a lengalenga.

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — … em vez de assumir, de forma inequívoca, quem invadiu um país soberano.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O Chega defende uma política simples, Srs. Deputados: defesa dos interesses nacionais, controlo das fronteiras, capacidade económica e autoridade do Estado. Portugal em primeiro lugar, portugueses em primeiro lugar — sempre, sempre e sempre!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro e os Srs. Secretários de Estado: No debate de hoje, há alguns temas que, no entender do PAN, são incontornáveis.

Da mesma forma que tem havido um atraso sucessivo nas respostas aos danos causados pelas tempestades, o problema que o bloqueio do estreito de Ormuz nos traz não nos deve levar a ignorar que o preço do cabaz essencial é hoje de 260 € — falamos de níveis históricos do custo para as famílias!

Em Lisboa, comprar habitação, sob a liderança de Carlos Moedas, custa hoje 20 000 €/$m^2$. Também não nos parece que sejam estas as cidades que queremos deixar, sobretudo às próximas gerações, que anseiam por comprar casa e sonham com isso, inclusive ao pé dos seus próprios familiares.

Por isso mesmo, fica um pouco difícil de perceber qual é o rumo que o Governo quer dar ao País em matérias de bens essenciais, de habitação e de educação, num contexto em que efetivamente temos múltiplos desafios pela frente.

No que diz respeito, em particular, ao cabaz essencial, vemos com muita dificuldade esta resistência do Governo em baixar o IVA. Por outro lado, também não compreendemos que o PS, que agora defende a baixa do IVA, se tenha abstido, inviabilizando a proposta do PAN nesta matéria. Na reflexão feita neste debate, uma das questões que não pode ficar sem resposta, por parte do Governo, é esta — sem dúvida —, para que as famílias…

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, para uma intervenção.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: A inflação não é igual para todos, e essa é, talvez, uma das maiores mentiras escondidas nas médias. A taxa oficial mede uma média de preços, mas a vida não é vivida em média.

Quem tem baixos rendimentos gasta uma parte muito maior do seu rendimento em bens essenciais. Por isso, quando sobem os alimentos, a energia e os combustíveis, a inflação real sentida por essas famílias é bem mais pesada do que aquela que o número médio indica.

A inflação funciona como um imposto regressivo. Não pergunta quanto se ganha, mas cobra mais a quem tem menos margem, e é por isso que o custo de vida não é apenas um problema de preços, é um problema de desigualdade.

O que estamos a viver, resultado da política de Trump e dos seus aliados, é um choque de custos com vários canais. O primeiro é a energia: sobe a fatura da luz ou o custo do depósito do carro.

O segundo canal é a transmissão dos preços alimentares. A instabilidade internacional, com o aumento dos preços dos combustíveis, fertilizantes, transporte marítimo ou custos logísticos, chega rapidamente aos preços finais. O preço do petróleo entra no supermercado pela porta das traseiras, escondido no preço do peixe, da carne, dos legumes e do leite.

O terceiro canal são as margens. Quando, em contexto de crise, há setores com capacidade para proteger ou aumentar margens, estamos perante uma inflação amplificada pelo poder do mercado — a chamada *greedflation*, para os senhores da Iniciativa Liberal que gostam de anglicismos e de termos económicos.

*Protestos da IL.*

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — É impressionante!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — E já conseguimos ver sinais disso a acontecer.

No caso da Galp Energia, a margem de refinação do primeiro trimestre deste ano foi a mais elevada desde 2022, quando se deu a invasão russa da Ucrânia, ocupando o 2.º lugar no histórico da empresa.

Para a maioria das famílias, a inflação é perda de rendimento; para alguns sectores, pode ser oportunidade para esticar margens.

Há algo em que Portugal foi o melhor da Europa, em março de 2026: na inflação mensal. Segundo o Eurostat, os preços em Portugal subiram, em março, ao dobro do ritmo da média da zona euro.

Portugal tornou-se demasiado caro para os salários que paga. Quase 2 milhões de pessoas estão em risco de pobreza e quase 10 % dos trabalhadores continuam pobres, apesar de trabalharem. Por isso, falar de inflação é também falar de justiça fiscal e de política pública.

Para o Livre, o Estado não pode esperar passivamente que os preços desçam. É preciso atuar onde o choque pesa mais: nos combustíveis e na energia, controlando as margens excessivas; nos bens essenciais, com apoios dirigidos às famílias mais afetadas; na concorrência e nas margens, reforçando a monitorização das cadeias alimentares e energéticas; e sobretudo nos rendimentos, com salários dignos, negociação coletiva forte, proteção social adequada e pensões que permitam viver com dignidade — e não pacotes laborais que vêm degradar as condições de trabalho.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Podemos deixar que o choque seja absorvido pelas famílias, ou amortecê-lo onde dói mais.

Quando um salário não chega para pagar a renda, é uma economia que deixou de recompensar o salário com dignidade, e isso o Livre não pode permitir.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, para uma intervenção.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais** (Cláudia Reis Duarte): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Neste novo debate sobre a resposta ao conflito no Médio Oriente de que Portugal não é parte, reitero a preocupação que o Governo mantém — e que, estou certa, é partilhada por todos nesta Câmara — com as repercussões do prolongamento da atual situação no Médio Oriente.

Esta é uma situação que continua a merecer uma resposta pronta e séria, mas também sem alarmismos nem demagogias,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — … à qual o Governo tem vindo a responder com celeridade e respeitando sempre o seu compromisso com os princípios do direito internacional, da diplomacia e da defesa da paz.

O Governo português tem atuado, desde o primeiro momento, em duas frentes essenciais: acompanhando de forma permanente a evolução da situação internacional e protegendo as famílias e as empresas portuguesas com medidas de mitigação dos impactos económicos deste choque externo.

Foi precisamente por reconhecer o impacto imediato da subida dos preços dos combustíveis que este Governo respondeu cedo — relembremo-nos, foi um dos primeiros da Europa a responder — e com medidas concretas.

Portugal foi, como disse, dos primeiros países da Europa a reagir, criando um mecanismo extraordinário de desconto no imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, o ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos),…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Do tempo do PS!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devia era acabar!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — … que devolve — repito: devolve! — aos consumidores toda a receita adicional de IVA gerada pela subida do preço do gasóleo rodoviário e da gasolina, sempre que o aumento do preço é superior a 10 cêntimos. É um mecanismo que funciona, semana a semana, de forma transparente e que garante que a receita do Estado não aumenta em consequência do aumento do preço dos combustíveis.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Mas não ficámos por aqui! Porque a crise atinge de forma desigual os portugueses e os diferentes setores da economia, fomos construindo um pacote de resposta progressivo que vai muito além do desconto extraordinário do ISP e que é dirigido a quem mais precisa e aos setores económicos mais expostos a este aumento do preço dos combustíveis.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — As famílias vulneráveis que dependem da botija de gás viram o apoio do Estado subir de 15 € para 25 €, um aumento de 67 % neste apoio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Foram igualmente criadas medidas de apoio específicas dirigidas aos diversos setores particularmente afetados pela subida de preços de combustíveis: as empresas de transporte de passageiros e mercadorias; os táxis; os setores agrícola, florestal, de pesca e aquacultura; os operadores de veículos de pronto-socorro; as associações humanitárias de bombeiros; as IPSS (instituições particulares de solidariedade social) — estas, desde logo, para que os mais frágeis da nossa sociedade vejam mitigado este choque na prestação de cuidados de que dependem.

Estas medidas têm um objetivo claro e simples: proteger o rendimento, mitigar os custos e evitar efeitos de propagação sobre o preço dos bens essenciais.

Neste momento, quero sublinhar perante todos os Srs. Deputados que este esforço não é meramente retórico, é um esforço reconhecido internacionalmente. Dados recentes, creio que da semana passada, revelam que Portugal está entre os países europeus que maior esforço orçamental empreendeu na resposta ao choque energético deste ano.

O custo das medidas adotadas pelo Estado português situa-se acima da média europeia e coloca Portugal no grupo dos cinco países com maior esforço orçamental na resposta à crise.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Isto demonstra que o Governo não ficou à espera, não se limitou a discursos.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — O Governo atuou cedo, mobilizou recursos públicos e colocou a proteção das famílias e da atividade económica no centro da resposta a esta crise.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.as e Srs. Deputados, convém continuar a olhar para os dados com objetividade. Portugal enfrenta esta conjuntura mais preparado do que em crises anteriores, e assim é porque entrámos neste ano de 2026 com a dívida pública abaixo dos 90 % do PIB (produto interno bruto), com sucessivas melhorias no *rating* da dívida soberana, com níveis historicamente elevados de emprego e com o crescimento do rendimento disponível das famílias — de resto, também na semana passada bastante divulgado.

Estes resultados não são fruto do acaso; aconteceram porque este Governo seguiu uma trajetória de responsabilidade orçamental, mas simultaneamente compatível com a redução de impostos e com o reforço da proteção social, que aumentou a capacidade das famílias e das empresas portuguesas de enfrentarem períodos de maior instabilidade internacional, como aquele que hoje vivemos.

Sr.as e Srs. Deputados, o que os portugueses esperam do poder político em momentos de incerteza, como o presente, é equilíbrio, é responsabilidade e é verdade; não é alimentar receios injustificados, não é anunciar cenários catastróficos antes que os dados os confirmem, não é transformar cada tensão internacional numa narrativa de colapso iminente.

Este Governo — de resto, nenhum Governo! — não controla o preço do petróleo nem o estreito de Ormuz.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Trump pensa que controla!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — O que o Governo controla é a rapidez, a proporcionalidade e a equidade das respostas que apresenta ao País.

O acompanhamento que temos feito demonstra precisamente isso: prudência nas decisões, atuação atempada e medidas calibradas. Continuaremos a agir assim.

Proteger as famílias exige capacidade de resposta presente, mas também exige responsabilidade para não comprometer o futuro. Portugal continuará a defender a paz, o diálogo diplomático, o respeito pelo direito internacional e a proteção dos interesses dos portugueses, sempre, com serenidade, com responsabilidade e com sentido de Estado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista dois pedidos de esclarecimento à Sr.ª Secretária de Estado e, pelo tempo de que dispõe, presumo que responderá em conjunto.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Fonseca, do PSD.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o PCP ainda vive num mundo a preto e branco, enquanto os portugueses vivem já num mundo a cores, em especial nestes últimos dois anos de governação da AD (Aliança Democrática), com as cores bem vivas.

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

O PCP agendou este debate e, na sua intervenção inicial, o Sr. Deputado Paulo Raimundo não fez nenhuma referência àquilo que verdadeiramente importa aos trabalhadores, aqueles que alegadamente representa aqui no Parlamento.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

Nós temos uma situação que muitos economistas consideram de pleno emprego, sendo que nunca tivemos tantas pessoas a trabalhar como atualmente, e o Governo da AD já celebrou mais de 40 acordos com mais de 20 carreiras da função pública.

Os salários reais em Portugal são os que mais crescem na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). E crescem porquê? Segundo o relatório recente *Taxing Wages 2026*, da OCDE, a carga fiscal sobre os rendimentos de trabalho reduziu pelo segundo ano consecutivo; e, no acumulado de 2025 e 2024, foi a maior redução em todos os 38 países da OCDE.

Com o Governo socialista, a nossa carga fiscal das maiores entre os 38 países da OCDE,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso não é verdade!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — … mas com a governação da AD, e em apenas dois anos, já passamos para a segunda metade, a metade de baixo, dos países que menos cobram pelos rendimentos de trabalho.

Isso é muito visível neste gráfico, onde é muito percetível o momento em que a AD entrou em funções,…

*O orador exibiu o gráfico a que se referiu*.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não é percetível! Não se vê!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — … que é quando os impostos sobre os rendimentos descem brutalmente.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não se vê nada!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — É quando a AD entra em funções.

Lamento que o Sr. Deputado não tenha feito referência a este estudo, como também não fez referência a um estudo que diz que Portugal foi o 4.º país na União Europeia em que os apoios ao preço dos combustíveis foram mais fortes em percentagem do PIB.

Se olhamos para a resposta ao choque energético, no seu todo, estamos em 5.º lugar a nível mundial e em 2.º lugar a nível europeu, segundo o FMI (Fundo Monetário Internacional), o que, aliado ao facto de termos sido dos primeiros a atuar, é muito relevante para a carteira dos portugueses.

A pergunta que queria deixar à Sr.ª Secretária de Estado, sabendo que o preço dos combustíveis é efetivamente muito elevado, é a seguinte: qual seria o preço dos combustíveis se não fossem estes importantes apoios que o Governo está a dar aos portugueses?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem agora a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Secretária de Estado, permita-me que diga, antes de mais, em comentário à intervenção anterior na resposta do Sr. Ministro, que registo que o Sr. Ministro não respondeu à pergunta que lhe fiz,…

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não respondi? Respondi, sim!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … e que essa não-resposta tem uma leitura política depois da intervenção de ontem do secretário norte-americano Marco Rubio.

*Protestos do Ministro dos Assuntos Parlamentares.*

O Governo português continua a ser dúbio e não defende os interesses portugueses. Pôs o País de cócoras face aos Estados Unidos da América, em vez de defender o interesse nacional, como defendem outros governos europeus.

*Aplausos do PS.*

Sr.ª Secretária de Estado, nesta semana, o Secretário-Geral da CONFAGRI (Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal), antigo Deputado do PSD, Nuno Serra, disse que o Governo prometeu 20 milhões de euros de apoio aos fertilizantes.

À data em que falou, tinham chegado zero euros aos agricultores.

Lê-se no *Diário de Notícias* de ontem: «Comida ficou mais cara agora do que no início da Guerra da Ucrânia».

*O orador exibiu a notícia a que se referiu.*

São dados do INE (Instituto Nacional de Estatística).

Sr.ª Secretária de Estado, com toda a sinceridade e, acredite, com boa intenção, convinha que o Governo português descesse da Lua e pusesse os pés na Terra.

Uma família de quatro elementos, com dois progenitores e dois descendentes, que consuma três cabazes alimentares, que consuma eletricidade, que consuma 100 l de combustível por mês, se receber o salário mediano, teve uma redução de 147 € no seu rendimento.

A mediana dos salários em Portugal, em termos líquidos, teve uma redução muito substantiva, de quase 40 %: uma redução de 36 % do rendimento com que paga a farmácia, os médicos, o vestuário, a água, com que dá apoio à sua família, como por exemplo aos seus descendentes que andam na escola.

Sr.ª Secretária de Estado, se tivessem implementado as propostas do PS, essa redução teria sido de metade — metade! — e teria sido metade o sofrimento das famílias portuguesas.

Por favor, Sr.ª Secretária de Estado, ajude o Sr. Ministro das Finanças e o Sr. Primeiro-Ministro a descer à Terra e a apoiar…

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para fazer o favor de responder, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, dispondo de 1 minuto e 5 segundos.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Fonseca — vou ser muito lapidar para conseguir responder ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, e a sua pergunta foi bastante objetiva —, neste momento, o desconto em vigor é, no gasóleo simples, de 18,86 cêntimos e, na gasolina sem chumbo, de 20,41 cêntimos por litro,…

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Qual é a parte da herança?

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — … incluindo o desconto em vigor anteriormente e ainda não revertido.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Ah!…

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, aproveito para lhe responder pegando nas palavras, de há pouco, da Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves: é verdade, a inflação não é igual para todos e beneficia ou prejudica as pessoas de diferente forma, em função dos seus rendimentos.

Mas aquilo que por que pugna é pelo IVA zero no cabaz alimentar,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Entre outras coisas!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — … e não podemos perder a memória nem os estudos e as limitações.…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O que disse o Banco de Portugal.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Exatamente! O Banco de Portugal, a DECO (Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor), a academia, todos eles apontaram as limitações, e a primeira limitação dessa medida é, precisamente, o facto de não atingir toda a gente de igual forma. E é injusta por isso, porque beneficia, sobretudo, aqueles que menos precisam, que são desde logo os de maiores rendimentos.

Mas tem outras limitações, que quer o Banco de Portugal, quer a DECO, quer a academia apontam, e hoje estão estudadas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Qual Academia?

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Portanto, não…

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Ficou clara a resposta.
O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, com que objetivo?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Mário Centeno já não está lá!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, apenas para pedir a distribuição da informação da entidade que regula o setor energético,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É a DHL! Está sempre a distribuir!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … em que uma parte substantiva do apoio…

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, será distribuído.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … que a Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais apresenta vem dos Governos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Já se percebeu, quando é para distribuir não é preciso fundamentar mais.
Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, também para interpelar a Mesa, creio.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa para solicitar a distribuição de documentos, da proposta do Livre de devolução do IVA dos bens essenciais às famílias mais desfavorecidas.

O Sr. **Presidente**: — O documento foi apresentado na Assembleia, penso eu, portanto…
Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

*Burburinho na Sala.*

Srs. Deputados, o diálogo que está a acontecer não é considerado aparte, é considerado sem parte.
Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na intervenção de abertura deste debate, assistimos ao Sr. Deputado Paulo Raimundo a fazer uma cronologia das últimas décadas, onde se referiu a várias guerras, conflitos e até revoluções.

Registámos as várias adjetivações que fez dessa cronologia, mas também alguns silêncios ou algumas ausências dessa cronologia.

O que é verdade é que, para o PCP, a paz parece que tem sempre geografia, a soberania parece ter ideologia e o direito internacional parece depender de quem o viola.

Quando são democracias ocidentais, o PCP encontra sempre palavras duríssimas: agressão, imperialismo, submissão, cumplicidade. Quando é a Rússia, aparecem os contextos. Quando é a China, aparecem as *nuances*. Quando é a Venezuela, aparecem os silêncios. Quando é Cuba, aparecem as desculpas. E quando é o Irão, aparece uma súbita preocupação humanitária, mas raramente pelos iranianos perseguidos pelo próprio regime. E isso diz muito.

*Aplausos da IL e do CDS-PP*.

O PCP fala do Irão como se estivéssemos perante uma vítima inocente da História, mas o Irão é uma teocracia autoritária que persegue mulheres, enforca opositores, financia grupos extremistas, destabiliza a região e ameaça a existência de outros Estados.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos*.

O regime iraniano não é a paz, o regime iraniano nunca respeitou o direito internacional, o regime iraniano não é a soberania dos povos, o regime iraniano é repressão interna e agressão externa, tal como os regimes russo, cubano e venezuelano.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Então e Israel?! E os Estados Unidos?!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E quando o PCP se esquece disto, não está a defender a paz, está a escolher um lado.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos*.

Mas convém dizer também que há outras formas erradas de falar de soberanias. Tal como o PCP, numa dita direita, o Chega, há quem confunda soberania com isolamento, como se Portugal fosse mais forte sozinho, fechado sobre si próprio, desconfiado dos aliados e reduzido a uma retórica de orgulho nacional sem estratégia.

À esquerda, há quem confunda paz com neutralidade moral, como se bastasse pedir um cessar-fogo, baixar a voz e evitar escolhas difíceis para resolver conflitos alimentados por regimes que não respeitam nem a liberdade, nem a vida, nem o direito internacional.

A Iniciativa Liberal não tem esse problema.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois não, não tem nada!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Não há ditaduras de estimação, não há imperialismos aceitáveis, não há violações do direito internacional que se tornam toleráveis só porque vêm embrulhadas em retórica antiamericana, anticapitalista ou antiocidental.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E Israel?!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Portugal, obviamente, tem de defender a paz, é óbvio, mas a paz não se defende fechando os olhos às ameaças. A paz defende-se com princípios, com alianças, com responsabilidade e com clareza moral.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos*.

E é precisamente isso que falta a este debate, quando se transforma a palavra «paz» numa desculpa para atacar democracias e desculpar ditaduras.

*Aplausos da IL e do CDS-PP*.

O Sr. **Presidente**: — Ainda antes de passarmos à segunda ronda, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, para uma intervenção.

Faça favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente: O tempo, há pouco, não chegou para dizer algumas coisas que são importantes.

Queria referir-me a uma frase que foi dita e, aliás, repetida pelo Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, que, confesso, me afetou particularmente. Disse que o Governo português e que Portugal, se tinham — usou um termo pouco parlamentar — agachado. Eu queria dizer a esta Câmara, de forma muito clara: Portugal não se agacha, o Governo português não se agacha.

Portugal é um país com 900 anos de história.

**Vozes do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Portugal é um país orgulhoso da sua história, do seu passado, do seu presente e que está a construir os alicerces do seu futuro, através da credibilidade e coerência que temos a nível internacional. E é uma pena que o líder parlamentar de um partido tão responsável, como é o Partido Socialista, utilize expressões desta natureza.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP*.

O Sr. **Presidente**: — Entramos na segunda ronda. Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A guerra de agressão dos Estados Unidos e de Israel e a deriva militarista da Europa mostram bem o quanto aproveitam ao capitalismo e como governos como o de Portugal estão obedientemente de joelhos perante o imperialismo norte-americano e os interesses do grande capital.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Exatamente!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Grande capital!…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O Governo PSD e CDS, apoiado pelo Chega e pela Iniciativa Liberal, não hesita em cumpliciar-se com a agressão ao Irão ao arrepio da Constituição e do direito internacional, sacrificando os interesses do País e do seu povo. Esta guerra e a crise que gerou ilustram um manual de patifarias que fazem sofrer os povos e aproveitam aos grandes interesses que instrumentalizam as guerras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala da União Soviética!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Os lucros obscenos do grande capital financeiro no primeiro trimestre,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não pagam impostos! Aí é que é obsceno!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … como os dos gigantes mundiais da banca de negócios — JP Morgan, Morgan Stanley, Citigroup, Goldman Sachs —, treparam como nunca nada menos de 48 mil milhões de dólares.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto*.

Nas petrolíferas, não há como dissimular o significado do aumento em mais de 40 % dos lucros: Shell, 6,9 mil milhões de dólares;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é publicidade!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … TotalEnergies, 5,4 mil milhões; BP, 3,2 mil milhões. Por cá, a Galp, 272 milhões de euros, uma subida de 41 %. O INE veio informar que, em abril, a variação do índice dos preços ao consumidor dos produtos energéticos foi de 11 %. O cabaz alimentar supera os 260 € e o índice de produtos alimentares não transformados subiu para 7,4 %.

Mas nem por isso os produtores, com a corda na garganta cada vez mais apertada, deixaram de ser penalizados pelos aumentos dos custos dos fatores de produção.

No seu seguidismo das políticas militaristas da União Europeia e da NATO, o Governo ufana-se do aumento das despesas militares, no ano passado, para 6,1 mil milhões de euros e esteve entre os 22 membros europeus da NATO que superaram os 2 % do PIB.

Os 29 membros europeus da Aliança gastaram 560 mil milhões de dólares em armamento, o maior crescimento desde 1953. Ontem, o Papa Leão XIV…

**Vozes do CH e do CDS-PP**: — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Alfredo Maia, católico!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … deixou-nos uma séria advertência para o enorme aumento das despesas militares, em particular na Europa, onde cresceram 14 %. Vou ler: «Não se chame defesa a um rearmamento que aumenta as tensões e a insegurança, empobrece os investimentos na educação e na saúde, desmente a confiança na diplomacia, enriquece elites a quem nada importa o bem comum.»

*Aplausos do PCP*.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão*.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, embora o tempo, na atual configuração, não exista para esclarecer. Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Seco, do Chega.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alfredo Maia, o Partido Comunista Português vem hoje a debate com a temática «Portugal, a soberania nacional, a resposta à crise e a defesa da paz». Permitam-me que pergunte: com que moralidade? Com que autoridade? —, um partido que apoia os piores regimes autoritários do mundo atual.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Com toda a moralidade!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Mas, falemos de soberania nacional. O Partido Socialista foi responsável, ao longo dos últimos 50 anos, de três bancarrotas. Onde estava aí o sentido de soberania nacional?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Falta de conhecimento da História!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Mais: em oito anos de geringonça, PCP e Bloco de Esquerda foram muletas de um Governo que destruiu à descarada as forças de segurança e as Forças Armadas — reduziram efetivos, cortaram meios, desmoralizaram quem veste farda para defender Portugal. Onde estava o sentido de soberania nacional?

**Vozes do CH**: — Muito bem!

*Protestos da Deputada do PS Paula Santos*.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Mais: em setembro de 2016, infelizmente após a morte de dois militares dos Comandos, a coordenadora do Bloco de Esquerda exigiu publicamente a extinção do batalhão de Comandos. Onde estava aí o sentido de soberania nacional?

**Vozes do CH**: — Vergonha!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — E hoje, quando dois partidos que sustentam o Governo andam há nove meses a arrastar a revisão da lei laboral, sem coragem para repor a flexibilidade e a competitividade de que o País tanto precisa,…

*Protestos do PCP*.

… ou então chumbam iniciativas legislativas que repõem a autoridade e a dignidade das nossas forças de segurança, onde está aí o sentido de soberania nacional?

Face a isto, pergunto: que tipo de Estado pretende o PCP para Portugal?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — O cumprimento da Constituição!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Um Estado soberano, com Forças Armadas fortes, fronteiras controladas e orgulho nacional, ou um Estado dissolvido, sem capacidade de defesa, refém de ideologias falhadas e inúteis, e incapaz de responder aos desafios deste mundo perigoso?

Para nós, não há dúvidas: primeiro Portugal, soberania primeiro, segurança primeiro.

O Sr. **Presidente**: — Não tem tempo para responder. Não tenho mais inscrições, neste momento, na segunda ronda…

*Pausa.*

Não havendo mais inscrições, vamos passar ao encerramento. Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Energia.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Energia** (Jean Barroca): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Muitas vezes, e o debate hoje é sobre soberania, a conversa começa atacando as margens, procura-se o controlo de preços.

Depois, como isso não é suficiente, porque não podemos controlar o preço, porque o petróleo não é nosso, avança-se para a nacionalização. Como a nacionalização não resolve o problema, porque as empresas não sobrevivem, recorre-se ao Orçamento do Estado e, no fim do dia, os Srs. Deputados vêm de carro e o povo vem a pé ou de bicicleta, porque morre a economia e morre o mercado.

*Protestos do Deputado do PS Marcos Perestrello*.

O debate que hoje nos reúne foi convocado em nome da soberania e é por isso, e precisamente em nome da soberania, e em particular a soberania energética de Portugal, que venho a esta Câmara intervir.

Ao longo das últimas duas décadas, Portugal construiu um caminho que poucos Estados-Membros da União Europeia podem hoje reivindicar com igual consistência. Uma soberania que não se proclama em comunicados, mas que se traduz todos os dias na forma como o nosso País produz, consome e protege a sua energia.

A política energética portuguesa deixou, há muito, de ser uma política setorial, tornou-se naquilo que verdadeiramente é hoje, um desígnio nacional. Um desígnio que transcende ciclos políticos, que convoca todas as bancadas desta Casa e que compromete uma geração inteira com o futuro do nosso País. A energia é, neste tempo, o terreno onde se joga a independência e o desenvolvimento económico de Portugal.

Permitam-me deixar-lhes três números que enquadram este desígnio. Primeiro, em 2025, 80 % da eletricidade produzida em território nacional teve origem renovável, colocando Portugal entre os países líderes da União Europeia neste indicador.

Segundo, a nossa dependência energética externa recuou de 85 % para cerca de 65 % ao longo das últimas duas décadas. Significa, em termos simples, que dois terços da energia que consumimos continuam a

ter origem no estrangeiro, dependente, maioritariamente, de petróleo e gás natural. Cada ponto percentual reconquistado representa menos exposição a choques externos, mais autonomia económica, menos vulnerabilidade nacional, mas dois terços é ainda muito.

Terceiro, e é aqui que esta dependência se traduz em valores muito concretos: no ano passado, Portugal pagou ao exterior cerca de 5600 milhões de euros em produtos energéticos. É um valor que parece distante quando dito assim, mas torna-se próximo quando o distribuímos pelos 4 milhões de agregados familiares portugueses. Em média, cerca de 1350 € por cada família portuguesa, por ano, a sair do nosso País para pagar energia que poderíamos, em parte significativa, produzir aqui.

Esta é a fotografia honesta do País: progresso muito significativo no setor elétrico, mas uma missão por concluir nos transportes e nos combustíveis. A energia, antes de ser uma estatística nacional, é uma realidade quotidiana das famílias portuguesas, sente-se nas faturas do final do mês, seja nos depósitos dos combustíveis ou na conta da luz e do gás.

E é por isso que a resposta deste Governo não se esgota em descontos das faturas, mas vai mais longe. O que queremos é colocar nas mãos das famílias os meios concretos para reduzirem o seu consumo, para se eletrificarem, para ganharem autonomia. Porque a soberania energética nacional começa, antes de mais, na soberania energética doméstica. Cada família que substitui um equipamento ineficiente é uma família que reconquista parte da sua independência.

Essa tem sido a ambição de medidas como o programa E-Lar, criado por este Governo e atualmente em execução, que apoia as famílias na substituição de equipamentos a gás por equipamentos elétricos mais eficientes: fogões, fornos, esquentadores — eletrificação concreta, conforto térmico real, fatura mais leve no final do mês.

Uma família portuguesa que troca um esquentador a gás envelhecido por um termoacumulador elétrico reduz a fatura, aumenta o conforto e, sem o saber, contribui para a soberania energética nacional. Multipliquem esse impacto por dezenas de milhares de famílias portuguesas: é isso que o E-Lar está a fazer.

Os resultados falam por si. O primeiro aviso, lançado em setembro do ano passado, esgotou a dotação em menos de uma semana — em seis dias, candidataram-se 40 000 famílias portuguesas. O Governo respondeu de imediato, reabrindo o programa com uma nova dotação superior a 60 milhões de euros, hoje em execução na sua segunda fase.

Não basta abrir um apoio, tivemos exemplos de apoios que não funcionaram; é preciso desenhá-lo à escala das necessidades reais das famílias portuguesas.

Permitam-me ser claro sobre o sentido desta política. O E-Lar não é apenas eficiência energética doméstica; é, no final de contas, como disse já, soberania energética doméstica. É a tradução, à escala da família portuguesa, do mesmo princípio que orienta a política energética nacional: depender menos do exterior, aproveitar mais o que é nosso.

Sr.as e Srs. Deputados, perante uma crise energética, abrem-se sempre dois caminhos. Há o caminho imediato — reagir, mitigar, atenuar, suster o que ainda é possível suster —, que é necessário, é legítimo e é o que se faz neste momento, mas que é também, por natureza, transitório. E há o caminho estrutural — construir um país que não precisa de reagir porque se preparou; construir uma economia onde o próximo choque externo encontra menos pontos de entrada; construir a soberania que não se decreta em comunicados, que se edifica com investimento, com infraestrutura e com tempo.

A verdadeira soberania energética não se decreta, constrói-se — e é isso que o Governo está a fazer. É esse o caminho que o programa de soberania energética nacional traça e que este Governo inscreveu em grande parte no plano Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência.

Permitam-me, antes de enunciar as frentes desse programa, uma palavra prévia.

Não existe soberania energética sem instituições à sua altura. É por essa razão que este Governo decidiu criar a Agência de Geologia e Energia, fundindo competências hoje dispersas pela direção-geral, pelo laboratório nacional e pela Adene (Agência para a Energia), melhorando as condições e dotando o Estado de capacidade técnica integrada, transformando a Administração Pública num instrumento à medida do desígnio que aqui defende.

Reformar o Estado é também reforçar a soberania do nosso País, e permitam-me enunciá-lo no que tem de mais essencial. A soberania energética de Portugal far-se-á aproveitando aquilo que é nosso, os recursos endógenos do País: o sol que temos em abundância, o vento que percorre o nosso litoral, a água que desce

das nossas serras e também o património geológico nacional, valorizado de forma integrada e em diálogo com as comunidades.

É deste património natural, que é intrinsecamente português, que se constrói, de forma estratégica, a independência energética portuguesa. Fá-lo-emos em seis frentes.

Em primeiro lugar, o armazenamento de energia. Sem capacidade de armazenar, a abundância renovável dissipa-se e não conseguimos aproveitar esse valor. Estamos, por isso, a lançar um leilão de baterias à escala de 750 MW como instrumento estruturante para o País.

Em segundo lugar, a produção e a promoção das renováveis, porque continuamos a precisar de instalar mais capacidade eólica, hídrica ou solar. Cada megawatt que instalamos reduz a nossa dependência.

Em terceiro lugar, a promoção do autoconsumo a nível doméstico.

Em quarto lugar, a descarbonização dos gases e dos combustíveis, através do biometano, do hidrogénio verde e dos combustíveis renováveis.

Em quinto lugar, as redes elétricas.

E, em sexto lugar, um pilar talvez menos visível, mas porventura também decisivo, nos recursos geológicos nacionais, diminuindo a nossa dependência externa.

Não há soberania dos recursos nem soberania do País sem as comunidades. É com as comunidades, e não contra elas, que esta resposta se constrói e é isso que vamos fazer nesta estratégia.

É por isso que este programa, que o Governo assume com o objetivo de reduzir para metade a dependência energética externa de Portugal no horizonte de oito anos, não é um número escolhido ao acaso; é um número alinhado com o nosso Plano Nacional de Energia e Clima e com as políticas energéticas europeias.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a soberania energética não é um conceito abstrato. É a forma mais concreta que existe de uma economia moderna ser livre: livre dos preços que decidem nos mercados existentes, livre dos conflitos que se desenrolam noutros continentes, das rotas marítimas interrompidas. É por essa razão que Portugal, mais do que política energética, precisa de uma política de soberania à volta da energia.

Portugal não responderá à crise apenas com palavras de circunstância, responderá com um desígnio: o desígnio de uma soberania energética que aproveita o que é nosso para fazer de Portugal um país verdadeiramente livre.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não havendo registo de qualquer pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.as e os Srs. Deputados, cumprimento os Membros do Governo.

Sr.as e Srs. Deputados, chegados quase ao final deste debate, estamos fartos de ouvir que o mundo mudou, que as coisas estão diferentes; mas, na verdade, ouvindo os Srs. Deputados, parece que tudo está igual.

Do Chega, a consistência habitual de quem de manhã cumprimenta Viktor Orbán e à tarde vem dizer que é preciso apoiar a Ucrânia.

Da parte da Iniciativa Liberal, muita firmeza a dizer, e bem, que os venezuelanos devem ser defendidos contra os seus líderes autoritários, que os ucranianos devem ser defendidos da invasão russa, mas depois a não ter a coragem de dizer algo remotamente parecido quando um genocídio está a decorrer em Gaza.

*Aplausos do L.*

*Protestos do Deputado do CH Bernardo Pessanha.*

Pior ainda, da parte do PSD e do Governo, uma situação que nos envergonha a todos: ouvir Marco Rubio dizer que, contrariamente a outros países europeus, Portugal aceitou a utilização da Base das Lajes sem qualquer pré-condição é algo que nos envergonha e nos preocupa a todos.

Por isso, sim, este debate sobre soberania, este debate sobre direito internacional tem de ser mesmo diferente, porque o mundo mudou.

A posição do Livre aqui é distintiva, porque não, nós não alinhámos com o PCP a dizer que o projeto europeu é algo que acaba com a soberania portuguesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não…!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Pelo contrário, nós acreditamos que a soberania portuguesa sai reforçada dentro do projeto europeu.

*Aplausos do L.*

Nós não alinhamos também com aqueles, como o Sr. Ministro ainda agora dizia, que dizem que é preciso preservar a CPLP que é preciso perceber o papel da NATO e que é preciso perceber o papel da UE, mas depois, em relação à CPLP, de mão dada com a extrema-direita, avançam com políticas que afastam estes países da missão histórica que têm com Portugal.

*Aplausos do L.*

E, da parte da NATO, parecem esquecer que está à frente dos Estados Unidos um líder que quer acabar com a própria NATO e, pior, acabar com qualquer resquício de direito internacional.

Por isso, o Livre diz, e vai continuar a dizer, que o papel de Portugal é um papel dentro do projeto europeu, que a voz portuguesa terá de ser a voz europeia, mas uma voz autónoma. Não uma voz seguidista nem sequer uma voz amedrontada,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, mauzão!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … como tem sido a deste Governo, que se recusa a estar junto a outros parceiros europeus e a bater o pé ao Presidente Donald Trump quando ele nos ataca. Porque aquilo que ele diz diariamente quando quer acabar com o direito internacional, aquilo que ele faz diariamente quando vai, por exemplo, reunir com Xi Jinping e tentar dividir o mundo a bel-prazer das duas grandes potências, é um ataque a Portugal. Qualquer ataque que seja feito a Portugal, e que o nosso Governo não tenha a firmeza de recusar, é um falhanço para com os portugueses.

Sim, falar de soberania hoje é ter também a coragem de dizer que a União Europeia e que Portugal, dentro da União Europeia, têm de ter uma voz autónoma, doa a quem doer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Se, para isso, tivermos de confrontar Donald Trump e se, para isso, tivermos de confrontar o líder desta internacional reacionária, pois, então, façamo-lo.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

É isso que exigimos do nosso Governo: que tenha a coragem de, num momento histórico, ter a firmeza de defender Portugal e os seus interesses. Porque é este Portugal que nós queremos: um Portugal europeu pela paz, pela dignidade e pela soberania.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Ministro pede a palavra?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, já vi que a mensagem, pelo menos oralmente, não passou, e eu solicitava à Mesa que fizesse distribuir — o Governo fará entregar nos serviços exatamente isso — o comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, que ontem à noite respondeu cabalmente a algumas das insinuações que repetidamente têm vindo aqui a ser feitas acerca da posição portuguesa.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isto não é uma interpelação à Mesa!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Eu pedia então ao Sr. Presidente que fizesse distribuir esse comunicado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça-o chegar à Mesa e a Mesa distribuirá.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa, também para distribuição de documentos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Peço os bons ofícios da Mesa para distribuir a notícia, que vem acompanhada de vídeo, com uma declaração — não é insinuação, certamente, não por parte do Livre — de Marco Rubio, onde dá conta, precisamente, daquilo que eu disse.

*Protestos do PSD.*

Portanto, não é uma insinuação; é uma declaração filmada e transmitida.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Com certeza, Sr. Deputado, faça chegar à Mesa, e nós distribuiremos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Começo com uma resposta ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

Sr. Deputado, é verdade, o País esteve agachado, o País esteve de cócoras.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ah!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas não foi agora; foi em 2011, quando os senhores levaram o País à bancarrota!

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Nessa altura, sim, o País esteve agachado e esteve de cócoras, porque já não havia dinheiro para pagar aos funcionários públicos, porque já não havia dinheiro para pagar aos pensionistas, e tivemos de estender a mão a pedir dinheiro aos credores internacionais.

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Aí, sim, o País esteve de cócoras e esteve agachado por responsabilidade de Sócrates e por responsabilidade do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, sim, agachado e de cócoras…!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Deputado, quero dizer-lhe que os portugueses, a população portuguesa, sofreu bem nos seus bolsos, nessa altura, com o agachamento do Estado português, e sabe bem que os graves problemas que sofreu e as dificuldades se devem à irresponsabilidade de um Primeiro-Ministro que os senhores continuam a defender:…

*Protestos do PS.*

… José Sócrates de seu nome, socialista da primeira apanha, e que continua a merecer o apoio de toda a bancada do Partido Socialista.

*Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Ministro, relativamente aos apoios que o Governo tem adotado e aprovado nesta crise, é importante dizer que o Governo tem tomado medidas, medidas decisivas para responder ao aumento da inflação em resultado da guerra no Médio Oriente, e foi bastante rápido, ao contrário da lentidão socialista na aprovação dessas medidas de apoio aos consumidores.

Esses apoios têm peso e têm significado. Conforme já foi dito pela Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, Portugal é o quarto país da União Europeia com mais apoios em percentagem do PIB. Representam 0,15 % do PIB, o que é bastante significativo.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Foste tirar aos salários e às pensões!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É a Comissão Europeia que o diz, olhe, um dos credores aos quais tivemos de pedir dinheiro quando o PS agachou o País e o pôs na mão dos credores internacionais.

Essas medidas que o Governo aprovou abrangem diversas áreas muito críticas: a redução do ISP, o mecanismo extraordinário para o gasóleo profissional, o reforço da comparticipação da botija de gás, entre outras medidas importantes. Estamos disponíveis para mais medidas, desde que haja responsabilidade e sem populismos de esquerda.

O PCP continua a insistir em medidas de controlo de preços.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Fala como um forcado, mas não é um forcado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu já o disse e volto a afirmar: é um erro. Agrava a situação, aumenta a escassez, faz empresas entrar em falência e aumenta o desemprego. Pode ser a linha do PCP, mas não é nem nunca será a linha desta maioria e deste Governo.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Também não é a linha do povo português, porque, sabe, Sr. Deputada, o povo português ainda se lembra do PREC (Processo Revolucionário em Curso) e do Verão Quente, quando o País esteve a ponto de ficar sob o jugo comunista. E diz: «Comunismo nunca mais!»

*Aplausos do CDS-PP, do PSD e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Para lá da discussão partidária deste debate, há uma questão séria que Portugal não pode ignorar. A instabilidade internacional tem consequências diretas na vida dos portugueses.

Quando há guerra no Médio Oriente, quando há insegurança nas rotas marítimas, quando há tensão nos mercados energéticos, quando há regimes que usam petróleo, gás, cereais ou matérias-primas como instrumentos de pressão política, quem paga a fatura são também as famílias e as empresas portuguesas. Paga quem abastece o carro, quem vai ao supermercado, quem transporta mercadorias, quem produz alimentos, quem tem uma pequena empresa, que vê os custos a subir, sem conseguir repercuti-los no preço final.

Por isso, a resposta de Portugal não pode ser apenas diplomática; tem também de ser económica, energética, alimentar e estratégica.

Portugal precisa de mais autonomia energética. Isso significa mais e diversa produção nacional, mais armazenamento, melhores redes elétricas, mais interligações e menos dependência de fornecedores externos instáveis.

Portugal precisa de mais segurança alimentar, não para fechar a economia, não para cair em protecionismos absurdos, mas para garantir que a agricultura, as pescas, a logística e os setores produtivos têm condições para escalar e resistir a choques externos.

Portugal precisa de mais segurança marítima e de infraestruturas. Somos um País atlântico, com uma das maiores zonas marítimas da Europa, com portos, cabos submarinos, rotas energéticas e infraestruturas críticas que têm de ser protegidas.

E Portugal precisa de uma defesa nacional credível, não por militarismo, não por gosto pela guerra, mas porque a dissuasão é uma condição da paz. Um país incapaz de se defender fica mais vulnerável, mais dependente e menos livre nas suas escolhas.

A soberania moderna não se mede apenas por discursos inflamados; mede-se pela capacidade de garantir energia, alimentos, segurança e defesa, infraestruturas, alianças, tecnologia e liberdade de decisão, e mede-se também pela capacidade de construir e reforçar parcerias, acordos e alianças.

Esta é a visão da Iniciativa Liberal: uma política externa de princípios, sim, mas também uma política pública concreta, que proteja os portugueses das consequências reais da instabilidade internacional.

Defender a paz é importante, defender a paz é o óbvio, mas preparar o País para um mundo mais perigoso é indispensável. É isso que Portugal não tem feito e, para isso, além de valores democráticos e princípios liberais, é preciso coragem.

Já aqui uma vez dissemos: se, do outro lado do mundo, alguém espirra, Portugal constipa-se. De uma vez por todas, só conseguiremos estar mais protegidos, os portugueses só vão conseguir estar mais protegidos, se nas diversas áreas tivermos mais capacidade de autonomia, produção e defesa.

*Aplausos da IL*.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Srs. Secretários de Estado: Tivemos oportunidade de ouvir, na abertura deste debate, o Sr. Deputado Paulo Raimundo fazer o exercício mais difícil que se pode pedir a um homem, a um parlamentar, em particular. O Sr. Deputado tentou defender o indefensável. Num debate sobre soberania, não teve a verticalidade intelectual de admitir que a Rússia, Putin, violou, de forma grave, a soberania da Ucrânia, em fevereiro de 2022. Ficava-lhe bem, nós tínhamos esperança e era uma esperança por humanismo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É só isso?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mais lhe digo: tenho dúvidas de que a maioria dos militantes do seu partido não tenha esta visão clara, honesta intelectualmente e de sentido humanista.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo*.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, Sr. Presidente, estamos a falar de soberania, falámos de soberania energética e eu queria centrar-me na soberania elétrica, da energia elétrica. Temos um sistema que, como vimos durante o apagão, provocou enorme dificuldade às famílias, às empresas, ao País, às instituições.

Hoje em dia, a energia elétrica não é apenas um recurso, é um elemento fundamental da soberania do País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — De facto, nós, para olharmos para o século XXI e para a nossa infraestrutura elétrica, temos de retirar a pala ideológica do PCP…

*Protestos do PCP*.

… e fazer com que a energia elétrica, a resiliência do sistema e a racionalidade económica não dependam da titularidade das infraestruturas, mas das políticas públicas e da capacidade de as pôr em prática.

Neste sentido, olhemos para o que se passa em Portugal. Portugal tem uma capacidade de geração renovável única na Europa e tem a capacidade, por essa via, de produzir energia a custos diários mais baratos do que a maioria dos países europeus. É uma aposta ganha, é uma aposta a reforçar e que deve ser complementada com a estratégia de investimento que o Governo está a fazer, nomeadamente no armazenamento, nas medidas inteligentes da gestão do consumo e na resiliência de rede.

Olhar para o sistema elétrico como nós olhamos é olhar para o futuro, é garantir independência, é garantir autonomia e reforçar a soberania. Este Governo não tem prometido, tem feito, e isto é de assinalar, isto é de sublinhar, porque é uma diferença determinante, que nos prepara para o futuro.

Finalmente, um assunto fundamental, no quadro da análise da soberania da energia elétrica, são as nossas interligações. Não é um problema nacional, é um problema à escala europeia. Nós temos de conseguir vencer a dificuldade de passar Espanha e interligar-nos, através de França, à rede transeuropeia. A União Europeia tem de assumir os seus compromissos e nós não podemos deixar cair a possibilidade de também ter uma ligação a Marrocos, como sei que, neste momento, está a ser novamente estudado.

É com esta soberania que defendemos melhor a autonomia e os interesses de Portugal e dos portugueses, agora e no futuro.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP*.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Hoje ficou claro, pela ausência de resposta do Sr. Ministro a desmentir categoricamente o secretário americano sobre a falta de perguntas do Governo português, que este Governo é parco a responder, mas pelos vistos também não faz perguntas, quando tem de fazer perguntas.

*Aplausos do PS*.

Isso corresponde a um padrão que este Governo tem, de dizer uma coisa cá dentro e outra coisa lá fora.

**Vozes do PS**: — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Vamos aos combustíveis, Sr.as e Srs. Deputados. Não é informação minha, é de um documento do Governo, enviado à Comissão Europeia no dia 30 de abril, em que disse a Bruxelas que aumentou os impostos sobre os combustíveis, em 2025, em 700 milhões de euros. Foi isto que o Governo disse.

*Aplausos do PS*.

E, depois de o ter feito, quando começou a crise corrente da guerra do Irão, o Governo foi rápido a tomar uma decisão. Nós temos de conceder essa rapidez. O Governo tomou uma decisão que evitou que o Estado ganhasse, em IVA, nos combustíveis, com o aumento dos preços, e diminuiu o ISP. É uma medida que não custa nada aos cofres do Estado, simplesmente neutraliza o efeito do aumento.

Depois disto, Sr.as e Srs. Membros do Governo, o que é que o Governo fez? O Governo fez zero! Repito: zero!

*Aplausos do PS*.

Por isso, na responsabilidade deste Governo sobre os preços atuais dos combustíveis estão, pelo menos, 700 milhões de euros de impostos, que aumentaram em 2025, como confessaram a Bruxelas.

*Aplausos do PS*.

Sr.as e Srs. Deputados, já sabemos que o Governo é contra o IVA zero da alimentação. Soubemos, esta semana também, que é a favor de subir o IVA da restauração.

Sr.as e Srs. Membros do Governo, os senhores podem não querer implementar o IVA zero, mas há uma coisa que não podem negar: os portugueses sabem, num momento de aflição, aquilo que significou, naqueles meses, o IVA zero. Por isso, bem podem, com a falta de sensibilidade que têm, falar do Cristiano Ronaldo e afins e de estudos académicos, porque aquilo que conta, na realidade, é que os portugueses que naqueles meses, durante a inflação, iam ao supermercado, iam ao mercado e encontravam o IVA zero, sabiam que isso contava para a sua vida e sabem que este Governo não quer fazer esse IVA zero.

*Aplausos do PS*.

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio*.

Por isso, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, este Governo é retórica — diz uma coisa lá fora e outra coisa cá dentro. É um Governo em que um ministro da República não é capaz, neste Parlamento, de desmentir categoricamente aquilo que o secretário da defesa norte-americano disse.

Por isso, o Governo, se tiver coragem, que diga aqui: o secretário americano mentiu ou não mentiu?

*Aplausos do PS*.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra agora, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Carneiro, do Chega.

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Ouvimos, mais uma vez, o Partido Comunista falar sobre a soberania nacional, a crise económica e a defesa da paz, mas aquilo a que o PCP chama «soberania», muitas vezes, não passa de um velho projeto ideológico, que já falhou em todo o mundo onde foi aplicado. O PCP fala em independência económica, mas, durante décadas, defendeu modelos que empobreceram os povos, destruíram economias e retiraram liberdade às pessoas.

A verdadeira soberania não nasce de um Estado gigante que controla tudo. Nasce de um país forte, seguro, produtivo e capaz de proteger os seus cidadãos.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos*.

Hoje, os portugueses vivem sufocados em impostos altíssimos, salários baixos, rendas impossíveis e serviços públicos em degradação. E qual é a solução do PCP? Mais Estado, mais despesa e mais dependência do poder político.

*Protestos do PCP*.

O Chega diz exatamente o contrário: menos desperdício, menos corrupção, menos privilégios e mais dinheiro no bolso de quem trabalha.

*Aplausos do CH*.

O problema de Portugal não é a falta de esforço do povo português. O problema é um sistema político que protege interesses instalados, enquanto abandona quem trabalha, quem paga impostos e quem cumpre regras.

Sr.as e Srs. Deputados, enquanto há paz, todos defendemos a paz, mas não aceitamos lições de quem, tantas vezes, relativiza ditaduras e regimes autoritários, apenas porque são ideologicamente próximos da extrema-esquerda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Defender a paz não é fechar os olhos às ameaças da Europa, contra a democracia e contra a liberdade.

Portugal precisa de soberania verdadeira, controlo de fronteiras, autoridade do Estado, segurança nas ruas, defesa da identidade nacional e independência económica baseada no trabalho, na produção e não na dependência permanente de subsídios e assistencialismo.

O Chega acredita num Portugal que respeita os seus trabalhadores, os seus reformados, as suas forças de segurança e os seus valores,…

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia*.

… um Portugal onde quem trabalha consegue viver com dignidade, onde o Estado serve o povo e não o contrário.

Sr.as e Srs. Deputados, o futuro não pertence às velhas utopias falhadas do comunismo. O futuro pertence à coragem de mudar Portugal com verdade, autoridade e justiça.

*Aplausos do CH*.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, a quem dou a palavra.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, a pergunta é muito simples: Sr. Deputado, pode esclarecer à Câmara qual é a proposta do Chega para a redução da idade de reforma?

*Risos do L, de Deputados do PS e do Deputado da IL Rodrigo Saraiva*.

*Protestos de Deputados do CH*.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado António Carneiro.

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sr. Deputado, muito obrigado pela sua pergunta. O Chega está a preparar esses documentos e, em breve, diremos à Câmara o que é que entendemos sobre isso.

*Aplausos do CH*.

*Risos da IL, do L, do PCP, do BE e de Deputados do PSD e do PS*.

*Protestos do CH e contraprotestos do L, do BE e de Deputados do PS.*

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Tu é que te devias reformar! Não fazes cá falta!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vais-te reformar, mas é por incapacidade!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Bom, Srs. Deputados, acho que chegou a altura do fim do intervalo.

Tem a palavra, para o encerramento, o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional.

*Pausa.*

Srs. Deputados, estas inscrições à última hora começam a ser incómodas.

*Pausa.*

Registando a Mesa mais uma inscrição, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Nós fomos convocados para este debate de atualidade — é assim que é descrito na agenda do dia —, mas sobre a atualidade, da parte do PCP, não ouvimos grande coisa.

Aquilo que percebemos do PCP é que o PCP continua preso no passado,…

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — … com saudosismo da ex-União Soviética, apoiante declarado da Rússia, o invasor da Ucrânia, e contra a Ucrânia.

Esta é a posição do PCP, que é profundamente lamentável e na qual nenhum português provavelmente se revê.

*Protestos do PCP*.

Não deixa de ser curioso que, neste debate, o Sr. Deputado António Mendonça Mendes tenha feito também uma tentativa de misturar vários temas. Misturou a questão da defesa com a questão dos impostos e esqueceu o seu próprio passado e o facto de ter sido derrotado, ainda esta semana, na Comissão de Orçamento e Finanças, na audição com o Ministro das Finanças.

O Sr. Deputado Mendonça Mendes sabe que a reversão dos descontos do ISP começou no tempo do Partido Socialista. Como lhe foi dito nessa audição com o Ministro das Finanças, se o PS tinha a intenção de que o desconto fosse permanente, então, tinha aprovado uma lei a dizer isso mesmo,…

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Claro! Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — … mas o que fez foi aprovar descontos temporários — descontos temporários! —, que sabe bem que, por imposição da Comissão Europeia, têm de ser revertidos.

Mas isto não eximiu o Governo de tomar as medidas necessárias para apoiar as famílias e as empresas perante o choque energético.

Como é sabido — e já aqui foi dito —, nós somos o quinto país, a nível mundial, em resposta ao choque energético. O Governo também já fez saber que é dos pioneiros na Europa a defender a tributação dos lucros extraordinários das empresas que estão a lucrar com esta situação, e esse processo há de avançar.

Ignoram também — e ignora o Sr. Deputado António Mendonça Mendes — a valorização das carreiras da função pública, o aumento do complemento solidário para idosos, a redução dos impostos, em especial sobre a carga fiscal, quando, no tempo do Partido Socialista, essa carga fiscal sobre o trabalho era superior.

É caso para dizer que é profundamente lamentável este radicalismo do Partido Socialista.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Apenas uma chamada de atenção: a Mesa agradece que as inscrições para intervenções se façam dentro de um tempo razoável. A Mesa fica numa situação bastante difícil e complicada, permanentemente a recuar, pelo que a Mesa agradece esse cuidado.

Para uma intervenção, Sr. Deputado António Mendonça Mendes, tem a palavra.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Carneiro: Por lealdade parlamentar, como não tem tempo, não lhe faço um pedido de esclarecimento, mas não deixo aqui de registar que o PSD continua a insistir na tecla de que baixou os impostos. Só que aquilo que diz à Comissão Europeia é que o valor que baixou em impostos foi inferior ao valor em que aumentou impostos.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Aumentou a receita!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — E onde é que aumentou? Foi no preço dos combustíveis que aumentou os impostos.

Sr. Deputado, é mesmo enternecedor ver agora a sua ternura pela taxação sobre os lucros excessivos e ouvir aquilo que Luís Montenegro dizia, quando estava na oposição, sobre essa mesma taxa sobre lucros excessivos.

Sr.as e Srs. Deputados, este Governo não é para levar a sério.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Entretanto, a Mesa aproveita para anunciar que hoje é o dia de aniversário do Sr. Deputado Bruno Vitorino, do PSD. Sr. Deputado, muitos parabéns, em nome da Mesa.

*Aplausos gerais.*

Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente: Sr. Ministro, a gasolina esta semana custa 1,97 €, o gasóleo 1,94 €. Para encher um depósito de 50 l são mais de 100 €, isto num País onde o salário mínimo está nos 920 €.

*Protestos do PSD.*

O Governo promete avaliar, semana a semana: sobe um cêntimo numa semana, desce um cêntimo na outra semana. Entretanto, a Galp tem 270 milhões de euros e o Ministro das Finanças já veio avisar que o suposto desconto de ISP é para acabar.

Em Espanha baixaram o IVA, na Polónia baixaram o IVA e regulam os preços; em Portugal não se faz nem uma coisa nem outra. Nós propusemos baixar o IVA, a maioria de direita chumbou; propusemos a regulação, também foi chumbada.

Pergunto-lhe, Sr. Ministro: durante quanto mais tempo é que o Governo se vai continuar a encher à custa dos impostos dos portugueses, enquanto torna a vida de quem precisa do carro para ir trabalhar, para ir para o emprego, cada vez mais difícil?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, sim, a Mesa não regista mais pedidos de intervenção. Pelo menos, não temos mais inscritos…

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É no sentido de pedir a distribuição da notícia que dá conta de que o Governo espanhol andou a pagar pensões com fundos europeus e que agora está a ser investigado — a título de exemplo para o Bloco de Esquerda.

*Aplausos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — São socialistas!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, a Mesa fará essa distribuição, então.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, uma vez que ainda temos 16 segundos de tempo de intervenção, gostaríamos de sinalizar à Mesa a inscrição do Sr. Deputado António Mendonça Mendes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É para a defesa da honra do Sanchéz!…

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para uma intervenção, durante 16 segundos, o Sr. Deputado António Mendonça Mendes.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente: É apenas para informar a Câmara de que a Comissão Europeia só manda o Governo reverter o desconto sobre os combustíveis porque o Governo decidiu descer o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas). E, como decidiu descer o IRC, não tem agora possibilidade de descer o preço dos combustíveis aos portugueses. Essa é a realidade.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Vamos também pedir a distribuição dos documentos da Comissão Europeia, desde o tempo do Partido Socialista, que impõem a reversão dos descontos sobre o ISP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Isso é um encargo pesado, mas a Mesa aceita. Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É para inscrever o Sr. Deputado António Mendonça Mendes para uma intervenção.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, tem 1 segundo. Faça favor.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando, em tempos de excedente, desbaratamos o excedente, quando temos dificuldades, não temos para gastar. Foi isso que aconteceu com a despesa líquida primária.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente: Muito rapidamente, é só para responder ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

Ó Sr. Deputado Fabian Figueiredo, disse que quem não permitiu a baixa do IVA nos combustíveis foi um Governo de direita, mas não: foi um Governo de direita e foi o Partido Socialista. É que o Chega votou a favor.

Essa é que é a nossa grande diferença. É que não foi o Governo de direita, foi a maioria de direita PS/PSD.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do BE.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente: Sr. Deputado Hugo Carneiro, Donald Tusk é ex-Presidente do Conselho Europeu e do Partido Popular Europeu, com o qual o seu partido reúne regularmente. Vou-lhe perguntar: na próxima reunião do PPE (Partido Popular Europeu), vai dizer que o Governo polaco é criminoso por ter baixado o IVA e regulado o preço dos combustíveis?

Fica a pergunta.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Bom, parece que agora, em definitivo, não há mais pedidos de intervenção.

Assim, Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional, tem a palavra, para o encerramento do debate.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional** (Nuno Pinheiro Torres): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: No encerramento do debate de atualidade, que foi requerido pelo Partido Comunista Português, sobre o tema «Portugal, a soberania nacional, a resposta à crise e a defesa da paz», irei abordar os três pontos mencionados no requerimento.

Primeiro, a soberania nacional. Portugal é um Estado soberano, sendo a soberania una e indivisível, residindo esta no povo.

Creio que o PCP conhece bem o texto constitucional, pois votou-o favoravelmente em 1976. Certamente não desconhecerá também que ser soberano inclui o poder de aceitar limites ou restrições voluntárias ao exercício da soberania — a participação na União Europeia é disso um bom exemplo, nomeadamente a moeda única.

Portugal aceitou, por acordo internacional, a presença de um destacamento militar norte-americano na Base Aérea n.º 4 da Força Aérea Portuguesa nas Lages. Esta presença tem trazido muitos benefícios para a economia da ilha Terceira — em particular para o concelho da Praia da Vitória — e permite custear a pista da aerogare civil das Lajes, que serve toda a ilha.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Lá está!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — A presença deste destacamento norte-americano, o trânsito das aeronaves ou o sobrevoo pelo nosso espaço aéreo são regulados por vários instrumentos jurídicos, internacionais e nacionais.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Tem de explicar isso aos americanos!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — Dispenso-me de os elencar, para não os maçar.

Importa, sim, reiterar o pleno exercício da nossa soberania sobre a Base Aérea n.º 4, assim como sobre o nosso espaço aéreo, na medida em que os trânsitos e os sobrevoos são realizados nos estritos termos das normas jurídicas aplicáveis.

Ora, no que à alegação de cumplicidade diz respeito, basta referir que as autorizações dadas para a utilização da base, antes e após o início do conflito, respeitaram as condições legais e exigíveis. Após o seu começo, Portugal fixou três critérios: a base só podia ser utilizada em resposta a um ataque sofrido; a ação deveria ser necessária e proporcional; a ação deveria visar alvos militares e não alvos civis. Não houve qualquer subordinação, antes uma decisão soberana de Portugal, fixando critérios rigorosos de utilização que, não tendo informação contrária, foram respeitados. E muito menos houve cumplicidade em qualquer violação do direito internacional.

Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, também ouvi atentamente as palavras do Secretário de Estado Marco Rubio. O comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros é claro: autorizamos, caso a caso, o uso da base, nas condições que referi e que são públicas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mentiu!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — O que foi dito pelo Secretário de Estado Marco Rubio…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É que faz o que quer!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — … é que Portugal não recusou o acesso à base, ao contrário de outros países europeus, que recusaram — e um deles foi nomeado.

*Protestos dos Deputados do PS António Mendonça Mendes e Eurico Brilhante Dias.*

De facto, não recusámos. Repito, para que não restem dúvidas: sim, autorizámos, caso a caso, com condições.

Segundo ponto, a causa da crise. A crise energética resultante do conflito no Irão tem, naturalmente, impacto económico, impacto este que é especialmente agravado pelo bloqueio iraniano do estreito de Ormuz. Está em causa a liberdade de navegação de todos os Estados naquele estreito, incluindo dos navios com pavilhão português.

Este agravar da crise é, na verdade, uma consequência da violação do direito internacional do mar por parte do Irão. Daí o apelo do Primeiro-Ministro Luís Montenegro e do Chanceler Friedrich Merz, em conferência de imprensa conjunta, para a abertura dessa via marítima.

Em terceiro lugar, a defesa da paz. O Governo português é defensor da resolução pacífica dos diferendos, do multilateralismo e de uma ordem global regulada pelo direito internacional. Sempre o foi. Todos os Governos anteriores o foram.

Há um amplo consenso nesta Câmara sobre estes princípios estruturantes das relações internacionais. Entendemos que a resolução para os diferendos não é o recurso à força. E onde esta ocorra, deve procurar-se uma solução pacífica por via político-diplomática. É a solução a que temos apelado.

A arquitetura internacional da paz assenta em vários pilares, sendo um dos mais importantes o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Há duas semanas, na conferência de revisão daquele tratado, defendemos, na Assembleia Geral das Nações Unidas, não só a não-proliferação, como também o desarmamento nuclear e a proibição de testes nucleares. A busca de uma arma nuclear pelo Irão constitui uma flagrante violação daquele tratado, do qual faz parte; criaria um desequilíbrio regional potenciador de uma corrida a essa arma e ameaçaria a existência de países vizinhos.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional**: — A redução do risco nuclear deve ser uma prioridade da humanidade.

Termino, Sr. Presidente, dizendo que o mundo está a mudar e a ordem internacional está em transformação. Mas os nossos valores permanecem inabaláveis, Portugal é um país aberto ao mundo, um construtor de pontes diplomáticas em todos os continentes, projeta segurança em missões de paz,…

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para pedir a distribuição — já que parece que alguns membros do Governo não leram — a intervenção do Secretário Marco Rubio, uma intervenção em que a expressão, entre aspas, é «*before we even asked*»: antes mesmo de nós perguntarmos.

*Aplausos de Deputados do PS.*

*Protestos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, faça chegar o documento à Mesa, que a Mesa distribuirá.

E agora, para o encerramento do debate pela parte do PCP, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados: A postura de vassalagem do Governo aos Estados Unidos da América e a Israel envergonha o País.

*Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

Abdicam da soberania e independência nacionais para alinhar, sem pudor, com quem desrespeita grosseiramente os princípios da Carta das Nações Unidas e o direito internacional; com quem reprime os povos que lutam pela sua autodeterminação e pelo direito a decidir soberanamente quanto ao seu futuro e ao seu país; com quem instiga a confrontação e a guerra.

Como se isto não fosse já suficientemente grave, e ao arrepio dos princípios da nossa Constituição — que determina, no seu artigo 7.º, a solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, o respeito pelos direitos dos povos —, neste debate, o Governo procurou justificar o injustificável.

Não colhem as afirmações feitas pelo Governo para ter autorizado os Estados Unidos da América a utilizar a Base das Lajes e a envolver Portugal na guerra contra o Irão, assumindo um posicionamento irresponsável e inaceitável, cujas consequências na situação internacional são imprevisíveis, com a escalada belicista acicatada pelo imperialismo norte-americano, que, face à perda de domínio, pretende impor a sua hegemonia no plano político e económico pela força das armas.

Há também informação da utilização na Base das Lajes de aviões para Israel, usados no genocídio contra o povo palestiniano.

Sr. Presidente, «é defensivo», diz o Governo, mas quem agrediu militarmente o Irão? Não foram os Estados Unidos da América? Mas querem fazer crer que os Estados Unidos é a vítima? Acham mesmo que alguém vai nessa ladainha?

É o próprio Presidente dos Estados Unidos que ameaça os povos e faz as declarações mais inconcebíveis, como «toda uma civilização morrerá esta noite», referindo-se ao Irão,…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … que terá a honra de tomar Cuba, que iriam administrar a Venezuela, ou que «vamos fazer algo em relação à Gronelândia, seja a bem, seja da forma mais difícil», com uma total impunidade. Assume velhas conceções colonialistas como se fosse o dono do mundo.

Justifica o Governo que não visa infraestruturas civis! Não queiram tapar-nos os olhos com a peneira. Os Estados Unidos e Israel atacaram escolas, unidades de saúde, hospitais, monumentos classificados como património mundial. Ficou claro que o Governo atuou em profundo desrespeito pela Constituição, pelo direito internacional e pelos princípios da Carta das Nações Unidas, o que exige o cabal esclarecimento das circunstâncias em que a decisão do Governo foi tomada.

Por isso, entregámos hoje uma proposta para a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar as responsabilidades políticas e jurídicas do Governo pela decisão de envolver o País na agressão dos Estados Unidos e de Israel ao Irão.

E há agradecimentos que são autênticas provas do crime, verbalizados pelo próprio Secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, e cito: «Para ser justo, há países da NATO que foram muito úteis para nós» — devia ter vergonha, o Governo! — «Vou só dizer um: Portugal. Disseram que sim, mesmo antes de perguntarmos o que quer que fosse». Bem pode vir aqui desmentir, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Está aqui.

*O orador exibiu o comunicado a que se referiu anteriormente.*

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Só falta dizer que a Base das Lajes não fica em Portugal. Mas esta confissão deita por terra toda a narrativa do Governo.

Tudo isto só vem dar razão ao PCP, quando coloca a necessidade de se apurar, de facto, o que se passou. Não nos venham entreter com histórias da carochinha.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): —É indispensável apurar com rigor as responsabilidades políticas e jurídicas do Governo português pela decisão de autorizar a utilização da Base das Lajes, nomeadamente: quais os fundamentos utilizados pela Administração norte-americana para o pedido de utilização da Base das Lajes; que informações foram prestadas quanto às operações militares realizadas em território nacional; que esclarecimentos foram solicitados pelo Governo à Administração norte-americana, assim como a ponderação feita pelo Governo, atendendo à sua compatibilidade com os princípios do direito internacional e a Carta das Nações Unidas; que avaliação fez o Governo quanto à utilização da Base das Lajes, tendo em conta os objetivos das Forças Armadas dos Estados Unidos da América; que ponderação fez quanto aos previsíveis impactos para Portugal da autorização de utilização da Base das Lajes para dar suporte a uma agressão militar a um Estado soberano; que controlo fez da utilização da Base das Lajes e que mecanismos foram utilizados pelo Governo para esse efeito.

Propomos uma comissão parlamentar de inquérito, porque é um instrumento que permite à Assembleia da República escrutinar e fiscalizar a ação do Governo neste caso concreto.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, neste debate denunciamos a cumplicidade do Governo com a política agressiva e belicista dos Estados Unidos e de Israel, e da qual a União Europeia também não se demarca, muito pelo contrário. Quem apoiar a agressão militar dos Estados Unidos e de Israel no Médio Oriente, por mais que queira, não consegue fugir às suas responsabilidades. Governo, PSD, CDS, IL e Chega são responsáveis pelas consequências desta guerra, nomeadamente pelo aumento do custo de vida que se faz sentir no nosso País.

E, sobretudo, sublinhámos neste debate que o que se impõe é avançar num caminho para a paz, no respeito pela vontade dos povos e pelo seu direito ao desenvolvimento e ao progresso.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Este ponto da nossa ordem de trabalhos está assim terminado. Vamos dar algum tempo para o rearranjamento das bancadas.

Entretanto, aproveitava este tempo para recordar à Câmara que hoje é o Dia Internacional da Família — dia importante!

*Aplausos do CH, do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

E aproveito ainda para referir que se encontram nas galerias um grupo de 14 cidadãos da instituição A FARPA (Associação de Familiares e Amigos do Doente Psicótico), de Santarém. Sejam bem-vindos.

*Aplausos gerais.*

Entramos agora no ponto 2 da nossa agenda, que consiste na apreciação conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 65/XVII/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 34/94, de 14 de setembro, que define o regime de acolhimento de estrangeiros ou apátridas em centros de instalação temporária, da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, da Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, dos Projetos de Lei n.os 249/XVII/1.ª (CH) — Altera o regime de concessão de asilo e proteção subsidiária, com vista a reforçar o controlo das fronteiras externas e da permanência e trânsito de cidadãos estrangeiros em território nacional e 576/XVII/1.ª (L) — Proíbe a detenção de pessoas particularmente vulneráveis em Centros de Instalação Temporária e Espaços Equiparados, e do Projeto de Resolução n.º 865/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que garanta a audição em tribunal de pessoas estrangeiras detidas na fronteira.

Para apresentar a proposta do Governo, dou a palavra ao Sr. Ministro da Presidência.

Faça favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Na imigração, como em tudo, as leis são para cumprir e a sua violação tem de ter consequências. O ilegal não pode ser tratado como se fosse legal e o incumpridor e o cumpridor não podem ser tratados como iguais. Isto é condição essencial do Estado de direito.

Na imigração, quem cumpre a lei, fica, e merece a oportunidade de se integrar com dignidade. Mas quem não cumpre a lei, porque entra ou fica irregular, tem de sair.

Na imigração, como em tudo, toda a aplicação das leis deve respeitar a dignidade das pessoas, os direitos de defesa e os direitos a um processo célere e justo, a segurança nacional, a ordem pública e o superior interesse das crianças.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Num país digno, concede-se proteção internacional aos refugiados que fogem de guerras, catástrofes e perseguições. É um imperativo moral acolhê-los com dignidade, tal como é indispensável evitar os abusos no asilo, que destroem a capacidade de recebermos bem quem precisa e merece mesmo.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — E então, porque é que estamos aqui? Eu vou começar, ilustrando com um caso concreto.

Em agosto de 2025, 38 marroquinos desembarcaram ilegalmente no Algarve. As autoridades nacionais fizeram impecavelmente o seu trabalho. Eles foram intercetados na praia logo à chegada. Primeiro, foram hidratados, alimentados, foi-lhes dada roupa, foram conduzidos aos cuidados de saúde, porque, antes de tudo, são pessoas.

Depois, em 24 horas, foram presentes a juiz, que determinou a detenção para o processo de afastamento. Foram condignamente colocados em CIT (centros de instalação temporária) e começaram por pedir asilo, que a AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo) decidiu em sete dias, concluindo pela inadmissibilidade, porque não cumpriam os requisitos. Afinal, eles eram imigrantes ilegais, não eram verdadeiros refugiados.

E depois? Depois, pediram recurso judicial, que suspendeu tudo, e ao final de 60 dias atingiram o prazo máximo de detenção previsto na lei, obrigando polícias frustrados a deixá-los ir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — E logo abandonaram o País. O regime de asilo ali foi abusado e o retorno de ilegais foi inviabilizado.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Isto é um caso raro de chegadas por via marítima, mas é o exemplo de um sistema falhado. A incapacidade do nosso sistema de retorno é um problema real e grave, tal como o abuso do asilo também é uma realidade.

Até 2023, Portugal não conseguia executar mais de 5 % dos retornos de pessoas detetadas em situação ilegal — um dos piores desempenhos europeus. A situação está a melhorar, a acelerar, com a criação da UNEF (Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras) e a aceleração da AIMA, uma nova prioridade à fiscalização. Os afastamentos têm aumentado, sobretudo os voluntários. Mas o sistema continua falhado.

A segurança nacional não é negociável. É preciso agir e restaurar a integridade dos sistemas de asilo e de retorno.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Governo apresenta hoje uma proposta de lei de retorno, complementada por duas que entraram esta semana também no Parlamento sobre o asilo e a imigração, que são, no seu conjunto, a última peça legislativa da grande reforma da política de imigração que o País tem estado a fazer desde 2024; que acabou com a imigração descontrolada; com equilíbrio, retomou o controlo, retomou a regulação, sempre humanista, com dignidade e valorizando a integração.

Esta proposta de lei vem na sequência de uma consulta muito participada por toda a sociedade portuguesa. Mas devemos continuar a dialogar mais e a ouvir os contributos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Com o acordo dos amigos do Chega!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Por isso, propomos, da parte do Governo, que este diploma desça à Comissão, para que possa ser aperfeiçoado sem votação e com vista à sua melhoria.

Sim, se há quaisquer dúvidas sobre princípios fundamentais como o principal, que é o da defesa do superior interesse da criança,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP) : — Bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — … ou o cumprimento do princípio da não-repulsão, essas dúvidas têm de ser acauteladas, cumprindo também a legislação europeia.

Aliás, este pacote de retorno e asilo alinha-nos com as diretivas europeias. O que fazemos? Tornamos o retorno de ilegais mais rápido e efetivo; garantimos a dignidade da pessoa humana, o seu respeito e até o reforço dessa dignidade; garantimos que a proteção internacional funciona, mas não é abusada, eliminando, para isso, uma fase redundante da NAV (notificação de abandono voluntário), que acrescenta burocracia e é possível eliminá-la continuando a manter a prioridade ao abandono voluntário; alargamos prazos máximos na lei de detenção, garantido que quem fixa o prazo de cada detenção é um juiz, no caso concreto e com revisão periódica, por um juiz também.

Estamos sempre dentro dos limites da diretiva, alinhados com os outros países europeus, ou alinhar-nos-emos com os países europeus, porque hoje estamos com aqueles que têm prazos unicamente mais reduzidos.

Prevemos uma tramitação paralela do retorno e do asilo, mas o primeiro tem de esperar sempre pelo segundo. Revemos os limites à expulsão, por um lado exigindo ligação efetiva e preservação da segurança

nacional, por outro, impondo o superior interesse da criança e a garantia da unidade familiar. Se houver algum caso de limite desequilibrado, tem de ser corrigido.

Alteramos o regime de recursos. Alteramos e garantimos a dignidade, determinando que a detenção fechada se torna mesmo uma medida de último recurso, dando preferência a alternativas menos severas, incentivando o abandono voluntário. Esta é uma proposta de lei equilibrada, que reforça tanto a legalidade quanto a dignidade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem três pedidos de esclarecimento. O primeiro é do Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Deputados, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, uma vez que seguramente o Governo não legislaria sem uma base sólida da realidade a ditá-lo, pergunto quantos casos de abuso do sistema de asilo, em números absolutos e em percentagem das entradas em território nacional, têm registo que justifique uma alteração da lei que passa por cima do direito a recurso jurisdicional e a outras garantias que, em termos de convenções internacionais, do direito da União Europeia e da própria Constituição, vinculam o Estado português.

O Sr. Ministro diz que a consulta foi muito participada. Pode ter sido o desencadear da consulta junto de muitas entidades, não terá seguramente sido a leitura das observações formuladas pelas entidades que participaram, porque todas elas, em relação a estes temas, apontam vários problemas de conformidade, quer com o direito interno, quer com o direito internacional, quer com o direito da União Europeia.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, em relação a este projeto já deu a indicação de que estaria disponível para baixar, sem votação, à especialidade. Há algumas preocupações que temos, nomeadamente no que diz respeito ao prazo de 1 ano para a detenção nas instalações e, desde logo, com a própria terminologia, porque a detenção continua a partir de um pressuposto de associação a criminalidade, que não nos parece manifestamente feliz.

Por outro lado, em relação também aos menores, falou no superior interesse da criança, mas seria importante perceber de que forma é que está disponível para materializar a salvaguarda do superior interesse da criança, considerando até que o Conselho Português para os Refugiados, em matéria da sua pronúncia sobre esta proposta, foi completamente arrasador.

E porque não podemos ter uma política que não seja humanista na dimensão quer do asilo, quer da proteção dos refugiados, pergunto se efetivamente está disponível para colmatar estas duas dimensões, dos menores e também da detenção em instalação do Estado no prazo de 1 ano, porque mencionou que se deveria privilegiar outras soluções que não a detenção e gostaríamos de perceber, de facto, quais são essas soluções que o Governo está disponível para trabalhar na especialidade.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra, agora, ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento-o particularmente pelo seu despacho de admissibilidade. Sr. Ministro Leitão Amaro, sabe quem é hoje acusado de violar a Convenção de Genebra? A Rússia de Putin, por causa do rapto vergonhoso de crianças ucranianas;…

*Protestos do CDS-PP.*

… o Egito, que deportou refugiados para uma guerra civil no Sudão; o Irão e o Paquistão, que mandaram raparigas afegãs para o hediondo regime talibã; os Estados Unidos de Trump, onde o ICE (*United States Immigration and Customs Enforcement*) deporta ilegalmente para El Salvador.

E agora também Portugal, por causa da sua proposta. Quer que menores de idade sejam deportados, quer prender adultos, num prazo de 1 ano, por terem fugido para salvar a sua vida,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … por não terem pedido um passaporte a um ditador do qual fogem.

A ONU (Organização das Nações Unidas) diz, com todas as letras, que a sua proposta de lei viola a Convenção de Genebra.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Ministro, é mesmo a esta lista vergonhosa que quer juntar o Estado português?

*Aplausos do Deputado do PS Miguel Matos.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vergonha!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tem 1 minuto e 33 segundos para responder. Faça favor.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, vou começar ao contrário, só dizendo que acho que não há muita conversa a dar — conversa, literalmente — ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — … quando ele começa com uma mentira. Com uma mentira! E é mentira, não há nenhuma declaração da ONU a avaliar Portugal, há uma opinião de uma pessoa que trabalha, ou duas pessoas numa delegação nacional…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por amor de Deus!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — … de uma agência,…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Que é da ONU!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — … e, já agora, não é acompanhada por ninguém, das centenas de pessoas que participaram na consulta.

Sr. Deputado, recomendo-lhe que seja mais sério nas suas declarações.

Relativamente à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, quero dizer-lhe: primeiro, o prazo não é de 1 ano, o prazo é de 6 meses. Eu posso-lhe dar aqui uma lista, mostrar-lhe um gráfico.

*O orador exibiu o gráfico que mencionou.*

Quase todos os países europeus permitem 18 meses — 18 meses!

O regulamento europeu que, neste momento, já passou no Conselho — com a abstenção de Portugal, já agora —, em que o Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu estabelecem um prazo de 2 anos. As alternativas são a caução, a entrega de documentos ou a detenção aberta.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — A pergunta não foi essa!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Portanto — e a decisão é sempre fixada por um juiz —, é muito moderado.

Relativamente ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, porque é que o número é baixo? O número de pedidos de asilo é baixo, cerca de mil e qualquer coisa. Porquê? Porque Portugal viveu, durante uns anos, num regime diferente dos outros países europeus. Enquanto eles tinham asilo, nós tínhamos uma espécie de asilo abusado, chamada «manifestação de interesse», que os senhores criaram.

*Protestos do PS.*

Acabou isso, a prática está-se a alterar e foi isso que aconteceu com a vinda dos marroquinos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Continuação de protestos do PS.*

Ao Sr. Deputado, que eu sei que vai colaborar — sei que vai colaborar, na especialidade —, outra vez recomendo: esqueça os fantasmas do passado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Continuação de protestos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Só pedia para que aquilo que tem a ver com as perguntas que são feitas e as respostas e os esclarecimentos que são dados, também respeitem aquilo que deve ser o respeito por quem está a fazer as perguntas. E, neste caso concreto, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo fez um pedido de esclarecimento.

*Aplausos de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Não é conversa, mas sim um pedido de esclarecimento e pedia que se mantivesse um nível daquilo que tem a ver com…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas ele é mentiroso! Não pode mentir assim!

O Sr. **Presidente**: — É a minha opinião, chamo esta atenção, não vale a pena criar incidentes, devemos manter aquilo que é também o respeito por quem representa o povo português aqui,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **Presidente**: — … na Assembleia da República, seja de que bancada for.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves,…

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sim, sim, vamos todos poder falar, mas o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves tinha pedido a palavra primeiro, para uma interpelação à Mesa.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sim, Sr. Presidente, era para solicitar a distribuição dos seis documentos que demonstram que foram acompanhadas as observações do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e que foram remetidas a este Parlamento: a do Conselho Superior da Magistratura, do Ministério Público, dos Tribunais Administrativos e Fiscais, a do próprio ACNUR — peço desculpa, são cinco e não seis —, a do Conselho Português dos Refugiados e o próprio despacho de admissibilidade e a nota do Sr. Presidente que, precisamente, acompanham aquilo que foi dito pelo ACNUR,…

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Não!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … no que respeita aos riscos de violação de instrumentos internacionais pela proposta apresentada. E também do direito da União Europeia, mas ainda temos tempo no debate para ir lá.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — o Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra. Para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, para solicitar a defesa da honra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual honra?!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Tem 2 minutos para defesa da honra.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Defesa da honra é no fim do debate!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, podemos ter divergências sobre o conteúdo, não sobre a seriedade com que cada um está no debate, porque eu estou neste debate de forma séria.

O Sr. Ministro, se calhar, não teve a oportunidade de ler o despacho de admissibilidade do Sr. Presidente da Assembleia da República. Se calhar, não teve ocasião de ler o parecer do Ministério Público. Se calhar, não teve ocasião de ler o parecer do Conselho Superior da Magistratura. Se calhar, não teve ocasião de ler a opinião dos magistrados dos tribunais administrativos e fiscais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não diz nada disso!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Se calhar, não teve ocasião de ler o parecer do ACNUR, agência oficial das Nações Unidas que Portugal integra. Se calhar, não teve ocasião de ler o parecer do Conselho Português para os Refugiados.

Sr. Ministro, a proposta de lei que nos traz é uma vergonha para Portugal,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto não é defesa da honra!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … porque arrisca-se a violar o que está consagrado em tratados internacionais na Convenção de Genebra há 75 anos. E isto é sério!

Por isso, eu perguntei-lhe e volto-lhe a perguntar, Sr. Ministro:…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Vergonha!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … quer mesmo que Portugal passe a figurar junto a países que violam a Convenção de Genebra, como a Rússia de Putin, o Irão dos aiatolas, Trump e o seu ICE, a Líbia e o Sudão, Sr. Ministro?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas o que é isto?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Foi sobre isso que lhe perguntei. E o que o Sr. Ministro conseguiu fazer, em resposta à minha interpelação que eu percebo que lhe seja incómoda, por isso é que não tem coragem de submeter a proposta de lei à votação e quer baixá-la à Comissão, respondeu com um insulto.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com um insulto?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mas, Sr. Ministro, volto a perguntar-lhe. Responda, se faz favor, à pergunta: acha mesmo que o lugar da República portuguesa é junto a estes regimes que envergonham Portugal ou é junto dos direitos humanos e direitos internacionais?

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vou dar a palavra a quem quiser falar. O Sr. Deputado pediu a defesa da honra, não sou eu que vou fazer a avaliação do conteúdo da defesa da honra. Está a fazer a defesa da honra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não foi defesa da honra!

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, aguarde um bocadinho.

E eu… Está na soberania do Presidente da Mesa dar imediatamente o direito a poder usar da palavra para defesa da honra, assim que considero que se justifica: artigo 84, n.º 3 do nosso Regimento, que diz que: « O Presidente da Assembleia da República (… ) pode conceder o uso da palavra e respetivas explicações (…) sem prejuízo de a poder conceder imediatamente, quando considere que as situações especialmente o justificam.»

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A prova que justifica é que não foi defesa da honra!

O Sr. **Presidente**: — E eu fiz isso, porque entendi que estava nesse quadro.

E agora vou dar a palavra ao Sr. Ministro para poder, se assim desejar, também fazer as explicações.

Antes, porém, o Sr. Deputado Pedro Pinto deseja usar da palavra. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, aquilo a que assistimos aqui não foi uma defesa da honra.

O Sr. **Presidente**: — Oh, Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E eu creio que o Sr. Presidente é muito inflexível, até, em várias matérias.

O Sr. **Presidente**: — Sou.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E neste caso, na defesa da honra também tem de ser inflexível, porque aquilo que o Deputado Fabian Figueiredo fez foi aumentar a sua intervenção. Tinha 1 minuto e acabou por falar 3 minutos, foi isso que quis fazer.

*Aplausos do CH.*

Isto não é defesa da honra.

O Sr. **Presidente**: — Pode ser!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós também sabemos que o Bloco de Esquerda não tem honra. Não tem honra, mas isto não é nenhuma defesa da honra que foi feita.

*Aplausos do CH e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

O Sr. **Presidente**: — É a interpretação do Sr. Deputado Pedro Pinto, que eu aceito. Mas como é óbvio, quando há uma ofensa, a avaliação da ofensa tem sempre essa dimensão subjetiva. Mas devemos não pecar por defeito, mas sim por excesso.

Portanto, o Sr. Ministro, se assim o desejar, tem 2 minutos para dar as respetivas explicações.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, eu não tenho por hábito na minha vida ofender ninguém e também sei que na comunicação interessa tanto aquilo que nós dizemos como aquilo que as pessoas ouvem.

Se alguém ficou ofendido com alguma coisa na Câmara, eu peço muita desculpa. Eu acho que o facto de o Sr. Deputado Fabian Figueiredo ter invocado uma defesa da honra e não ter falado nada sobre nada que fosse agressivo ou ofensivo confirma que não houve ofensa nenhuma.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do BE.*

Mas eu queria, sem querer ofender ninguém, chamar a atenção a factos. Um papel enviado por peritos que estão na delegação de uma agência das Nações Unidas, em Portugal, não são nem uma posição da Organização das Nações Unidas, nem sequer uma posição dessa agência.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devem ser do Bloco de Esquerda!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Em segundo lugar, Sr. Deputado, já agora, na semana passada, Portugal esteve na Assembleia Geral das Nações Unidas e foi considerado, com mais 45 países, um dos campeões, a expressão é «champions», na defesa do Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares. Portugal, com este Governo, uma referência mundial numa política de imigração regulada,…

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Antes da lei!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — … ordeira e segura, que respeita as regras e, sim, respeita o direito internacional.

*Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.*

Depois, eu acho que se o Sr. Deputado está tão horrorizado com esta proposta, não sei o que é que o Sr. Deputado pensa do regulamento que está a ser aprovado na Europa, que aplica prazos de 2 anos, suspende ou acaba, em vários casos, com efeitos suspensivos e que foi aprovado por governos e maiorias políticas de toda a Europa no Conselho e no Parlamento Europeu.

Só há um problema, Sr. Deputado, a realidade não vai ser sempre aquilo que o Bloco de Esquerda quer. Mais, a realidade não é nada daquilo que o Bloco de Esquerda quer e vê.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

E não é uma ofensa lembrar que o senhor, na imigração, está totalmente enganado e continua a ver um país que não existe.

E foi responsável e corresponsável, com o seu partido, por uma política de imigração desregulada, que prejudicou, sabe mais quem? Os imigrantes, que sofreram com o tratamento desumano e indigno de um Estado que não lhes deu resposta,…

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

… que os chamava e não os atendia e que esquecia a sua integração.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Embrulha, Fabian!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ficámos entendidos, não?!

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Cristina Rodrigues, tem a palavra para uma intervenção. Faça favor.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Estamos mais uma vez a discutir um assunto que o Chega já tinha trazido a este Plenário. Felizmente, o Governo compreendeu que o Chega tinha razão e que a lei do asilo também deve ser alterada.

As histórias sobre os falsos pedidos de asilo são comuns e, acima de tudo, são prejudiciais para os verdadeiros requerentes de asilo. Quem não compreende isto não compreende nada.

Em 2024 recebemos cerca de 2600 pedidos e só 1 % dos pedidos foi admitido.

A única forma de combatermos os falsos pedidos é assegurar um sistema que não os premeie, que identifique e decida rapidamente sobre cada processo. Ora, isso é impossível num sistema que admite que a pessoa, a meio do processo de recusa da sua entrada em Portugal, se lembre que é requerente de asilo. E porquê? Porque sabe que o seu pedido suspende a ordem de saída.

**Vozes do CH**: — Isso mesmo!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — E suspende-a durante todas as instâncias do recurso. Ou seja, um falso requerente de asilo pode ficar anos, em Portugal, a viver à nossa conta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sim, à nossa conta! Porque a lei do asilo assegura que o requerente — não interessa se o pedido já lhe foi negado por duas ou três vezes — tenha acesso a alojamento, a alimentação, a uma espécie de mesada para despesas com vestuário, higiene, transportes e outras despesas pessoais. No fundo, até lhe estamos a dar dinheiro para tabaco.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Há idosos, em Portugal, sem dinheiro para medicamentos. Há famílias aflitas que não conseguem pagar uma casa. Há mais de 400 000 pessoas dependentes do Banco Alimentar para não passarem fome. Mas há falsos requerentes de asilo que têm tudo e mais alguma coisa, patrocinado pelos mesmos de sempre.

*Aplausos do CH.*

Pelos portugueses que todos os dias se levantam para ir trabalhar, que pagam os seus impostos e andam a patrocinar a boa vida daqueles que não querem fazer nada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — E sim, bem sabemos que há imigrantes que também descontam e também contribuem para o sistema. Por isso, muitos deles também são contra a entrada ilegal de mais imigrantes. São contra, porque sabem o que lhes custa; são contra, porque cumprem a lei e acham que os outros também a devem cumprir.

Porque isto não é ser contra as pessoas que vêm de outro país, é ser contra práticas criminosas, é ser contra o tráfico de seres humanos, é ser contra a invasão de que a Europa está a ser alvo.

*Aplausos do CH.*

Tudo coisas que a esquerda e a extrema-esquerda têm promovido. Para o PS, Bloco e afins, o dinheiro cai do céu, todas as pessoas que chegam são incríveis e maravilhosas e só vêm à procura de uma vida melhor, mas a realidade todos os dias nos mostra que isso, muitas vezes, não é verdade.

Outros países europeus já o perceberam e por isso já endureceram as suas leis, porque uma coisa é solidariedade e outra é irresponsabilidade. É tempo de Portugal fazer o mesmo.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Caros Cidadãos nas galerias: Sr. Ministro, deixe-me que lhe diga que merece muito a alcunha, que já tem, de ministro da propaganda, porque esta proposta deixa claro que, para o Governo, as palavras já não significam absolutamente nada.

Fica difícil perceber o que significam esse humanismo e essa moderação, de que o Sr. Ministro tanto fala, quando a proposta de lei que o Governo aqui nos apresenta alarga o prazo de detenção de pessoas que não cometeram qualquer crime de 60 para até 360 dias; reduz os critérios que impedem a expulsão, podendo vir até a expulsar do País menores de 16 anos; elimina o efeito suspensivo de recursos judiciais; e é um ataque direto ao nosso sistema de asilo, introduzindo alterações que são profundas e reduzem a salvaguarda inerente à proteção internacional.

Portanto, para o Governo, humanismo é sinónimo de menos garantias, menos proteção, incluindo de menores, e menos direitos. E lembro mais uma vez que isto tudo é relativamente a pessoas que não cometeram qualquer crime.

O mais extraordinário desta proposta de lei é que ela parte de uma premissa muito conveniente para o Governo, a de transformar um falhanço do Estado numa culpa das pessoas migrantes,…

*Aplausos do L.*

… muitas delas em situação irregular precisamente por falta de resposta da AIMA.

Temos serviços sem capacidade de resposta, atrasos absurdos, pessoas à espera durante meses por regularização, menores que recebem ordem de expulsão — aos quais o Sr. Ministro também ainda nem sequer pediu desculpa — e uma AIMA incapaz de responder atempadamente. Mas a conclusão do Governo não é de que o Estado precisa de funcionar melhor, a conclusão do Governo é de que os direitos fundamentais estão a atrapalhar demasiado.

Pelo caminho, o Governo vai construindo esta narrativa, muito útil, de que existe um problema de segurança e descontrolo que só se resolve endurecendo a lei, prolongando as detenções e acelerando o afastamento de pessoas.

Se esta proposta é assim tão moderada e tão humanista, talvez o Governo devesse explicar e olhar para aquilo que consta de todos os relatórios e pareceres que nos chegaram, e já aqui foi feita a referência: do Conselho Superior do Ministério Público, do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais e, sim, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e do Conselho Português para os Refugiados.

Esta lei não resolve os problemas de ninguém, e pode até entrar em conflito com o próprio Pacto Europeu para as Migrações e Asilo. Aliás, nós fomos críticos desse pacto e esta lei vai ainda mais longe naquilo que é já uma política desumana. Ela resolve apenas a necessidade política deste Governo de mostrar dureza e autoridade política, mas como se vê, com a descida à especialidade sem votação, nem sequer os seus parceiros preferenciais, o Chega, conseguem convencer.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — É tudo ciúmes!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — De uma coisa o Sr. Ministro e a Câmara podem ter a certeza: o Livre não acompanha este caminho e por isso apresentámos iniciativas que, efetivamente, reforçam garantias e direitos fundamentais.

Propomos a proibição da detenção de pessoas particularmente vulneráveis, como crianças ou mães com filhos pequenos, em centros de instalação temporária e espaços equiparados, precisamente porque várias entidades, nacionais e internacionais, continuam a denunciar as condições desadequadas, indignas e desumanas destes espaços.

Propomos, também, a garantia de que as pessoas estrangeiras detidas nas fronteiras sejam efetivamente ouvidas por um juiz em tribunal, com uma análise individualizada do seu caso e com todas as garantias inerentes a qualquer privação de liberdade.

Recusamos a normalização da detenção prolongada de pessoas que não cometeram crimes e recusamos o enfraquecimento do direito ao asilo.

O que está em causa é perceber se estamos dispostos a sacrificar direitos, garantias e a dignidade humana para esconder as falhas do Estado e alimentar uma lógica securitária. Do nosso ponto de vista, nós não gostamos.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Também para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Muitas pessoas têm escolhido o nosso país para trabalhar. Trabalham, ganham mal, fazem descontos sempre que os patrões o permitem e muitos estão em situação irregular porque a AIMA não funciona como deveria. Mas para o Governo não são trabalhadores, são casos de polícia e são tratados como tal.

A preocupação do Governo não é criar condições para que tenham uma vida digna, mas sim criar mecanismos para impedir a legalização e expulsar imigrantes quando lhe aprouver. É isso que pretende com esta proposta, impor retrocessos em matéria de expulsão de imigrantes.

Em nome da eficiência, da aceleração ou da desburocratização de procedimentos, o que propõe é um total desrespeito e a violação de direitos humanos. Fala em humanismo e em dignidade humana, mas o que propõe é exatamente o oposto.

De uma assentada, o Governo pretende facilitar a expulsão de imigrantes e de requerentes de asilo, com a redução de prazos, o alargamento de critérios e a eliminação de procedimentos; desprotege famílias, permitindo a expulsão de menores com mais de 16 anos e de pessoas em situação de vulnerabilidade; restringe o direito à liberdade, permitindo que um cidadão possa ficar detido até um ano num centro de detenção; na prática, coloca em causa o direito à justiça quando elimina o efeito suspensivo do processo.

Para o Governo, não importa que os imigrantes sejam tratados com dignidade ou que os seus direitos são respeitados. Para o Governo, a única coisa que importa é arranjar mecanismos expeditos de expulsão, para não ficar atrás da extrema-direita no campeonato da demagogia.

*Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.*

E o Ministro ainda tem o descaramento de falar em humanismo.

Quando se possibilita a expulsão de menores e se separam famílias, onde fica o superior interesse da criança?

Como se justifica a detenção de imigrantes, até um ano, sem que haja algum fundamento para isso? É a esta crueldade que o Governo chama humanismo?

*Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.*

Qual foi o crime que estas pessoas cometeram? Procurar uma vida melhor noutro país é crime? Quantos e quantos portugueses o fizeram para fugir à guerra e à fome?

É a criminalização da imigração. É isso que significa atribuir à PSP a instrução e a decisão dos processos de afastamento coercivo de imigrantes.

O Governo pretende tratar a imigração como delinquência. A polícia faz falta é no policiamento de proximidade, não é para perseguir imigrantes só por serem imigrantes

Diversas entidades consideraram que o que é proposto é desadequado e desproporcionado, e são suscitadas dúvidas de constitucionalidade. Aconselho a leitura — já foi aqui dito — do despacho do Sr. Presidente da Assembleia da República, que faz diversos alertas.

Com a vida cada vez mais cara, os salários e as pensões que não dão até ao fim do mês, o acesso à saúde e à habitação cada vez mais difícil, a prioridade do Governo não é a resolução destes problemas, é atacar quem procura uma vida melhor, o que diz muito da natureza retrógrada e reacionária deste Governo.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado: Portugal precisa de uma política migratória séria, humana e organizada. É essa responsabilidade que devemos assumir perante quem cá vive e quem escolhe o nosso País para trabalhar, constituir família e procurar uma vida melhor.

Quem vem para Portugal com vontade de construir deve encontrar um Estado justo, eficiente e capaz de acolher com dignidade. Porque detrás de cada processo, de cada autorização, de cada divisão administrativa, existem pessoas, histórias de vida, expectativas e sonhos.

Uma política migratória credível não se constrói com indiferença nem com radicalismos, constrói-se com humanidade, com sentido de justiça, com capacidade de organização do Estado e com respeito pelo direito internacional.

Portugal deve ser um país firme nas regras, mas nunca indiferente às pessoas; um país que saiba acolher com responsabilidade, integrar com dignidade e decidir com humanidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, para uma intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: A discussão que hoje temos sobre o retorno é uma discussão muito clara, de saber se somos um país a sério ou se somos um país de faz de conta. E faz de conta o quê? Faz de conta que temos uma lei que, em determinadas condições, permite afastar cidadãos do País, mas depois não são afastados. Uma lei

de faz de conta no asilo, em que as pessoas que faz de conta que são refugiadas são, efetivamente, imigrantes económicos…

*Protestos do Deputado do L Paulo Muacho e do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

… e, com esse faz de conta de que são refugiadas, tentam entrar e perverter as regras. Depois, faz de conta que isto é uma visão humanista.

Não, Sr.as e Srs. Deputados, esta não é uma abordagem humanista. Esta é uma abordagem irresponsável e que, como cria uma realidade ficcional, não permite depois, em primeiro lugar, acolher quem tem de ser acolhido e, em segundo lugar, tratar bem essas pessoas, que devem ser sempre bem tratadas.

Portanto, fica tudo misturado, fica tudo na mesma confusão e, como já foi dito e é verdade, quem entra acaba por ser tratado abaixo dos níveis de dignidade que devem acontecer. Porquê? Já não está aqui o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, mas o que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo defende é, basicamente, o que defendem a esquerda e os seus homólogos em Espanha: que entre toda a gente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E a única utilidade que essas pessoas têm é poderem votar na extrema-esquerda e, com isso, alterarem os resultados das eleições.

*Aplausos do CDS-PP, do CH e de Deputados do PSD.*

Depois, se as pessoas vivem bem ou se vivem mal, se têm condições ou não têm condições, isso já não interessa nada! O que interessa é que nas eleições lá estejam a depositar o voto na extrema-esquerda e que, com isso, tentem alterar a realidade social do País.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Voto? Qual voto? Sr. Deputado, tenha juízo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Esta lei é útil num conjunto de reformas que têm sido feitas na política de imigração, que passaram, em primeiro lugar, por alterar as regras de entrada e as regras de permanência; e, em segundo lugar, por eliminar o efeito de chamada e o abuso de uma lei de nacionalidade que estava completamente desalinhada com a generalidade das leis de nacionalidade de outros países europeus. E de agora, obviamente, ter uma consequência,…

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Inconstitucional!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … porque se há regras, se se eliminou o efeito de chamada, o que se tem de concluir é que quem não respeita essas regras, quem não está dentro deste quadro normativo, tem efetivamente de ser afastado.

Nós não podemos continuar a ter uma taxa de 5 % de afastamento…

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Está muito confuso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é de todos os imigrantes, é daqueles que já foi decidido que têm de ser afastados. Daqueles que por lei, por não respeitarem a lei, têm de ser afastados, só 5 % é que saem!

*Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

Ó Sr.as e Srs. Deputados, em qualquer outra área da política, digam-me uma política que pode sobreviver com 5 % de efetividade na sua concretização!

Portanto, aquilo que temos de escolher é se queremos seguir um caminho de cumprimento da lei,…

*Protestos da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

… de respeito da lei; de estar em Portugal quem tem direito a estar, e de sair — porque tem mesmo de sair! — quem não respeita a lei e quem não está dentro desse quadro da lei.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, quem tem trabalho, entra; quem cumpre a lei, fica; e quem permanece por um período prolongado e adere aos princípios e valores da comunidade, pode aspirar a adquirir a nacionalidade. São três afirmações que definem a posição da Iniciativa Liberal em matéria de relação com os estrangeiros.

Agora, a parte de «quem tem trabalho, entra» está regulada e quem tem nacionalidade é apenas quem está durante um período prolongado e adere aos princípios da comunidade. Aliás, sobre esta última matéria, convém dizer que há uma falsa convicção na opinião pública. É que esta matéria, neste Parlamento, recebeu amplíssima confiança e amplíssima proteção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O PS quer colocar-se fora disso, mas subscreveu uma proposta…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — … em que se passava de cinco para nove anos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Portanto, se aderiu ao princípio de que devia haver uma permanência prolongada, pergunto: quando temos cerca de 220 Deputados nesta Casa que dizem «sim, é preciso que haja um prolongamento da permanência; sim, é preciso que haja uma adesão aos valores e princípios da comunidade», onde é que está a falta de consenso?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Era isso que queria perguntar a quem tem falado nessa matéria.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — São muito manhosos!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Dito isso, chegados aqui, é evidente que tem de haver uma regulação sobre aqueles que não entraram regularmente, sobre aqueles que não estão cá legalmente. Portanto, nós entendemos que sim, que é preciso atualizar a possibilidade de executar as políticas que temos aqui aprovado.

Agora, também me parece prudente que o Governo, nesta matéria, tenha decidido fazer descer sem votação esta proposta, porque ela carece de melhorias e isso será feito em comissão. Parece-nos que é o caminho certo: regular, executar, ser eficiente nas decisões tomadas. Portanto, cá estaremos para propor também melhorias à proposta do Governo.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Presumo que haja quem se queira inscrever, mas esteja a ver quem é que se inscreve primeiro. Alguém tem de ser o primeiro, porque senão tenho de passar para o encerramento do debate.

*Pausa.*

Troca de olhares… O que é que dá? Eu posso arbitrariamente escolher.

*Risos do CH e de Deputados do PSD.*

No Parlamento britânico, parece que há algumas circunstâncias em que é o *speaker* que diz quem vai ou não vai participar no debate.

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Mas o *speaker* faz muito mais coisas!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Jorge Gonçalves.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Demasiadas vezes este debate é empurrado para extremos artificiais. De um lado, quem pretende transformar qualquer mecanismo de controlo numa forma de hostilidade; do outro, quem acredita que a complexidade dos fluxos migratórios se resolve apenas através do endurecimento discursivo. Nem uma visão nem outra servem o interesse nacional.

Do que Portugal precisa é de uma política migratória credível, funcional e alinhada com a realidade europeia, e é precisamente nesse contexto que deve ser entendida a reforma em curso e o enquadramento trazido pelo novo Pacto Europeu em matéria de Migração e Asilo, que parte de um princípio simples: a política migratória de um Estado-Membro deixou de poder ser tratada de forma isolada.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Isso mesmo!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Hoje, a gestão das fronteiras externas, os mecanismos de identificação, o sistema de asilo, os procedimentos de retorno e a cooperação entre Estados parte de uma arquitetura comum europeia.

A Sr.ª **Carolina Marques** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — E essa arquitetura exige capacidade de decisão, rapidez processual e execução efetiva.

Portugal não podia ficar preso a um modelo assente na lentidão administrativa, na fragmentação de competências e na ausência prática de mecanismos de retorno.

Durante demasiado tempo, o País viveu numa contradição evidente: facilitava entradas, mas não conseguia decidir; abria processos, mas não os concluía; criava expectativas, mas não assegurava previsibilidade. O resultado foi o crescimento de situações de irregularidade prolongada, dificuldades de integração e pressão acrescida sobre serviços públicos e estruturas administrativas.

Importa dizê-lo e afirmá-lo com clareza: o problema nunca foi a imigração legal, regulada e integrada, o problema foi a ausência de um sistema eficaz.

O Pacto Europeu em matéria de Migração e Asilo estabelece obrigações muito concretas: regime biométrico obrigatório, reforço do sistema Eurodac, triagem inicial mais rápida, decisões céleres entre pedidos de proteção internacional e maior eficácia nos mecanismos de retorno.

Não se trata de uma agenda ideológica, trata-se de criar previsibilidade segurança jurídica e capacidade operacional.

*Aplausos do PSD.*

Portugal teve de adaptar o seu modelo a esta nova realidade, e essa adaptação tornou ainda mais visíveis as fragilidades criadas por decisões políticas anteriores, nomeadamente pela forma precipitada e desorganizada como foi extinto o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — A separação entre funções administrativas e policiais podia fazer sentido em abstrato, mas a forma como foi executada gerou descoordenação, perda de capacidade operacional e dificuldades no controlo efetivo de fronteiras e nos processos de afastamento.

Foi precisamente para corrigir essas falhas que surgiram novas estruturas especializadas, como a UNEF, na PSP, permitindo devolver coerência operacional ao sistema.

Sr.as e Srs. Deputados, uma política migratória séria exige equilíbrio: equilíbrio entre acolhimento e controlo, entre integração e fiscalização, entre humanismo e autoridade do Estado. Esse equilíbrio só existe quando há regras claras. Quem entra legalmente, trabalha, respeita a lei e contribui para a sociedade portuguesa deve encontrar no Estado um parceiro de integração e estabilidade, mas quem permanece ilegalmente não pode viver num sistema onde o incumprimento não tem consequências.

Quando o Estado deixa de distinguir entre regularidade e irregularidade, cria-se um incentivo objetivo à permanência ilegal, e essa desordem acaba sempre por favorecer os mais fortes: as redes de tráfico humano, a exploração laboral, a economia paralela e os intermediários ilegais.

Por isso, um sistema eficaz de retorno não é incompatível com os direitos humanos, pelo contrário, é parte integrante de uma política migratória humanista e credível. Documentar o imigrante foi um dos passos mais importantes desta reforma, porque sem documentação não há integração; há invisibilidade, há informalidade, há precariedade.

Mas importa compreender uma verdade essencial: nenhuma política migratória funciona sem credibilidade. E credibilidade significa vias legais claras para quem cumpre e consequências efetivas para quem não cumpre. É isso que o novo pacto europeu exige, é isso que Portugal tem a obrigação de assegurar.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a verdadeira escolha política não está entre abertura total e fecho absoluto à imigração; a verdadeira escolha está entre ter um sistema regulado ou um sistema descontrolado, entre ter regras aplicáveis ou viver na improvisação permanente. Porque um Estado que não decide e não executa não é um Estado mais humanista, pelo contrário, é um Estado mais fraco. E quando o Estado enfraquece nesta matéria, os primeiros a sofrer são os mais vulneráveis.

Portugal deve continuar a ser um país aberto, humanista e integrador, mas também deve ser um país capaz de fazer cumprir a lei, proteger as fronteiras externas da União Europeia e garantir a confiança nas instituições.

É este equilíbrio que esta política procura alcançar: humanismo na imigração legal, integração para quem cumpre, firmeza perante a ilegalidade e credibilidade no funcionamento do Estado. É isso que os portugueses exigem e é isso que esta proposta de lei garante.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Na discussão desta proposta de lei, o Partido Socialista tem objeções de duas naturezas políticas, uma vez que as opções de ir para lá do que o próprio quadro europeu atualmente postula é uma opção que o Governo acaba por tomar.

Não vale a pena revirar os olhos, Sr. Ministro. Nem sequer é preciso citar a posição dos Deputados do Partido Socialista, basta ler os pareceres dos conselhos superiores,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quais? Uns dizem uma coisa, outros dizem outra!…

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … que sublinham que, designadamente em relação ao regulamento que entra em vigor em junho, o Governo vai além daquilo que era necessário para assegurar o cumprimento do direito da União Europeia.

E começava por aí, precisamente. Ou seja, o que o Sr. Ministro nos trouxe, na sua apresentação inicial, é um conjunto de platitudes simplificadoras, especialmente quanto aos pedidos de asilo ou a quem fica sem título por causa de falhas do Estado. Porque o que verdadeiramente estamos a fazer — num caso, em relação aos mais fragilizados e que merecem ver avaliados com justiça e com tempo os seus processos; no outro, relativamente a pessoas em que a razão pela qual deixam de ter um título de permanência em território nacional não se deve à sua diligência, mas no limite a atrasos provocados pela Administração Pública — é que haja um grau de desproteção que é manifestamente inaceitável perante um Estado de direito democrático, que se deve comportar de outra forma com os seus concidadãos ou com aqueles que aqui residem.

E sim, o ACNUR criticou o sistema de retorno da União Europeia que está em discussão, bem como o do passado — formulou precisamente as mesmas objeções! —, e, portanto, não me parece muito curial que venha dizer que o representante oficial do ACNUR em Portugal não representa o ACNUR em Portugal,…

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Não! Não foi isso que eu disse!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … quando, ainda para mais, reproduz as mesmas considerações que o próprio ACNUR dirige quando o debate está a ter lugar nas instâncias europeias.

Verifiquei também que não respondeu, há instantes, quais são os números de fraude na obtenção de asilo que são preocupantes a ponto de justificarem uma alteração da lei. Em 2022, tivemos 1991 pedidos de asilo; 2693 pedidos em 2023; 2677, em 2024 — 586 dos quais eram de menores e, de entre esses, 204 de menores não acompanhados —, e foram atribuídos 1244 estatutos. Ou seja, a Administração Pública tramitou os processos, concluiu que em metade deles não se justificava a atribuição do estatuto e a lei funcionou.

Portanto, pergunto: onde é que está a fraude que justifica uma alteração que, ao contrário do que dizia, nos vai deixar de fora do tal campeonato de que tanto se orgulhava?

Dizia, sobre a validação que é feita do nosso grau de cumprimento da Convenção de Genebra, «somos os melhores, estamos entre aqueles que mais cumprem». Ora bem, com a lei em vigor, com a prática em vigor e com o rigor que atualmente se atribui à forma como isto é feito, se muda diametralmente de opção,…

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Não, está enganado!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … em contraciclo com o que as Nações Unidas vão dizer, não é muito difícil especular qual vai ser a consequência para essa pontuação que Portugal atualmente detém no quadro do cumprimento da Convenção de Genebra.

Portanto, fundamentalmente, aquilo que temos é a necessidade de olhar para os problemas que esta lei nos vai trazer.

Quanto ao aumento do prazo de detenção em CIT — que vai passar de 30 para 180 dias, prorrogável até 360 dias —, são várias as observações quanto à desproporcionalidade desta medida e quanto a uma efetiva privação de liberdade, porque é disto que se trata. O Supremo Tribunal de Justiça já disse que isto equivale a uma medida privativa de liberdade, sem fundamento nem realidade de prática de ilícitos que o justifique. Por isso é que a nota de admissibilidade, o despacho do Sr. Presidente e o parecer do Conselho Superior do Ministério Público evidenciam este primeiro risco.

Em segundo lugar, o fim do efeito suspensivo dos recursos — ou seja, da proteção das pessoas em risco, aquelas para as quais, sem uma decisão em tempo útil, de facto, se torna inútil ter uma decisão! Quando esta chegar será tarde demais, porque já foram devolvidas à proveniência, onde efetivamente podem estar a correr risco de vida ou para a sua integridade física — é desproteger os mais fragilizados.

Isto viola a Diretiva (UE) de 2013/32, viola o artigo 33.º da Convenção de Genebra, pode até aumentar o número de providências cautelares — porque se não há efeito automático, a opção vai ser recorrer a intimações para proteção de direitos, liberdades e garantias ou providências cautelares, entupindo, aí sim, os tribunais com processos desnecessários — e, finalmente, como eu já disse, também viola o futuro Regulamento (UE) 2024/1348, que entra em vigor em junho.

Depois, nos limites à expulsão — também bem sublinhado no despacho de admissibilidade do Sr. Presidente —, o Acórdão n.º 232/2004 dá nota de que insistir na expulsão de progenitores de cidadãos nacionais menores é potencialmente violador do texto constitucional. Por isso mesmo, também deveria ser objeto de reponderação, para não fazermos o que não se pode fazer, que é reeditar uma norma já objeto de uma decisão de inconstitucionalidade.

E, finalmente, a suspensão do procedimento para entrada ilegal nos casos de pedido de asilo também viola o artigo 31.º da Convenção de Genebra. Leia-se com atenção o que o ACNUR nos veio dizer, porque não só é crítico como saúda algumas das soluções e deixa um extenso leque de sugestões de melhoria do regime, que se devia…

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, mas à partida não irá ter tempo para esclarecer.

Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, a presente proposta de lei aqui em discussão tem como objetivo tornar o processo de regresso ao país de origem mais rápido e mais eficiente, e é imperativo que assim seja.

Senão, vejamos: esta imagem que está aqui é de imigrantes a chegarem ao Algarve de barco.

*O orador exibiu a imagem que referiu.*

Esta imagem é reflexo das políticas de portas abertas do Partido Socialista.

*Aplausos do CH.*

Só que estas imagens têm consequências, e as consequências são estas, veja: refugiados sem-abrigo a dormir na Gare do Oriente;…

*O orador exibiu uma imagem relativa ao que mencionou.*

… refugiados sem-abrigo a dormir na Igreja de Nossa Senhora dos Anjos.

*O orador exibiu uma imagem relativa ao que mencionou.*

Sr. Deputado, a primeira pergunta que lhe deixo é a seguinte: é esta a imigração humanista de que tanto fala o Partido Socialista?

*Aplausos do CH.*

Por outro lado, muitos destes imigrantes vêm de países em que as mulheres são um mero objeto para uso e satisfação masculina.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Portanto, quer gostem ou não de ouvir, o descontrolo, o desnorte e a bandalheira da imigração, da vossa responsabilidade — da vossa responsabilidade! —, tem como resultado o maior número de violações dos últimos 10 anos. O maior número de violações dos últimos 10 anos!

*Aplausos do CH.*

Portanto, Sr. Deputado, a segunda pergunta que tenho para si é esta: é desta que vão pedir desculpa às mulheres portuguesas, que tanto fingem proteger?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Por cedência de tempo do PCP e do Livre para o Partido Socialista, o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves dispõe de 4 segundos mais a tolerância.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, quanto à segunda pergunta, remeto para aquilo de que o Sr. Ministro da Administração Interna já deu nota: que não há nenhum nexo de causalidade entre o aumento de imigração e a prática de crimes.

*Protestos do CH e do CDS-PP.*

Quanto à primeira pergunta, essa fotografia é da imigração irregular que o fechar de portas e das vias legais seguras e regulares das migrações vai causar. Esse é o retrato da única forma de imigração que será possível, de acordo com as políticas que os senhores sustentam…

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS e do L.*

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Ainda vão agradecer muito!

O Sr. **Presidente**: — Está dado o esclarecimento.
Tem a palavra a Sr.ª Deputada Cristina Rodrigues.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, eu queria aproveitar para responder aqui ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, quando diz que não há ligação nenhuma entre a criminalidade e a imigração. Já sabemos, essa conversa é sempre a mesma.

**Vozes do PSD**: — O Sr. Ministro também diz!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Por acaso, saiu uma notícia sobre Dorset, em Inglaterra, em que os refugiados são menos de 1 % da população, e, engraçado, 44 % dessa população cometeu crimes de violência sexual!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — São coincidências que não acontecem em Portugal, porque vocês escondem a informação que é preciso ter e à qual não deixam ter acesso.

*Aplausos do CH.*

Portanto, o que se conclui deste debate é que o PS criou um caos migratório. Continua em negação, continua a chegar aqui sem trazer qualquer proposta, acha que a dignidade da pessoa humana se combate ao deixar as máfias fazerem de tudo — ganharem dinheiro, explorarem as pessoas —, graças à política legislativa e migratória que vocês implementaram neste País.

**Vozes do CH**: — Muito bem!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Mas, na verdade, não é só o Partido Socialista, porque tem sempre a ajuda do Bloco de Esquerda e do Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E da Deputada não inscrita Cristina Rodrigues…!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Aliás, o Livre traz a grande ideia de as pessoas agora conseguirem asilo por violência psicológica. Como sabemos, a violência psicológica é fácil de alegar e é muito difícil de provar. Mas são mais alguns que vêm para cá comer à conta dos portugueses. E está tudo bem para o Livre!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do BE.*

Só para terminar, e ainda relativamente ao Livre, a sua exposição de motivos, basicamente, é dizer que as pessoas sofrem tortura nos centros de instalação temporária. Mas recordo que quem está nos centros de instalação temporária são outros refugiados. Ora, se essas pessoas são do bem e vêm em paz, não percebo porque é que são um perigo para as outras pessoas — mulheres, *gays* e afins — que possam lá ser instaladas.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Não tendo mais inscrições, vamos passar ao encerramento do debate.

Tem a palavra o Sr. Secretário do Estado Adjunto da Presidência e Imigração, para fazer o encerramento, dispondo de 2 minutos para o efeito.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração** (Rui Armindo Freitas): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há dois anos, encontrámos uma situação descontrolada e um Estado em falência operacional. Iniciámos, por isso, uma verdadeira reforma na imigração em Portugal. Porque há uma regra essencial: o Estado só pode ser respeitado se se der ao respeito.

Foi isso que fizemos: trouxemos ordem e organização aos fluxos migratórios, regulámos canais, tratámos 1 milhão de processos pendentes. Hoje sabemos quem está em Portugal e a fazer o quê.

*Protestos do Deputado do PSD Luís Moreira Testa.*

Com isso, devolvemos confiança, com uma política migratória equilibrada, e fizemo-lo a pensar na coesão social. Fizemo-lo a pensar nos portugueses e também nos estrangeiros que querem contribuir para o nosso País.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Plástica no discurso!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e da Presidência e Imigração**: — Hoje damos mais um passo: queremos garantir que o Estado de direito é respeitado. Falamos de retorno e de asilo, um dos últimos passos desta reforma. O Estado tem o dever de acolher quem procura proteção, mas tem também a obrigação de fazer cumprir as regras e de garantir consequências quando isso não acontece.

*Aplausos do PSD.*

Não estamos sozinhos neste caminho. Como o pacto europeu demonstra, toda a Europa reconhece hoje uma evidência: uma política migratória credível exige retorno eficaz e o combate ao abuso do asilo.

Estes abusos prejudicam todos, principalmente quem realmente precisa de proteção. Apenas em 2025, um em cada dois casos de pedidos de asilo foram considerados inadmissíveis.

O princípio, para nós, é claro: quem cumpre a lei é bem-vindo, quem não tem direito a ficar tem de sair.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do PS Pedro Delgado Alves.*

Quem merece proteção terá o nosso apoio; quem abusa da boa vontade de Portugal terá a resposta.

A pergunta é simples: estão ou não alinhados com estes princípios? Os portugueses esperam de nós responsabilidade, equilíbrio e firmeza no cumprimento da lei. O Governo fez a sua parte, agora é a hora do Parlamento.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Termina assim este segundo ponto da ordem de trabalhos. Despeço-me do Sr. Ministro da Presidência e do Sr. Secretário de Estado.

Vamos dar início às votações. Para tal, peço que se abra o sistema para registo de presenças. Peço aos serviços para também me registarem, porque assim não preciso de levantar o ecrã, que me perturba a visão.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Sr. Presidente, peço a minha inscrição, por favor, porque tenho o meu computador inoperacional.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Almiro Moreira pede a inscrição, espero que não tenha o computador estragado também.

Se mais alguma Sr.ª Deputada ou Sr. Deputado tiver dificuldade no registo, gostaria que o sinalizasse já, para o podermos fechar.

*Pausa.*

Como ninguém está a sinalizar, podemos encerrar o registo. Há 198 Sr.as e Srs. Deputados presentes, portanto, podemos passar às votações, porque temos quórum.

Pedia agora o favor de estarmos em silêncio, até porque os primeiros votos são de pesar, e isso justifica-o, por maioria de razão.

A Sr.ª **Madalena Cordeiro** (CH): — Sr. Presidente, não consegui inscrever-me.

O Sr. **Presidente**: — Fica inscrita.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr.ª Deputada.

Vamos começar com o Projeto de Voto n.º 535/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de Carlos Brito. Estão presentes familiares — filhas e netos —, amigos e também representantes da Associação Política Renovação Comunista, a quem transmito pessoalmente os meus sentimentos, em nome da Câmara.

Peço ao Sr. Secretário Francisco Figueira o favor de ler o voto de pesar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque é que o PCP não o lê?!

O Sr. **Secretário da Mesa** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, a 7 de maio, Carlos Alfredo de Brito, aos 93 anos. Nascido em Lourenço Marques, viveu desde tenra idade no Algarve, região que lhe moldou a identidade e o pensamento.

Deslocado aos 17 anos para Lisboa, aderiu cedo aos movimentos oposicionistas. Integrou o Movimento de Unidade Democrática e, pouco depois, o Partido Comunista Português. Suportou, em razão da sua militância, perseguição política, prisão e tortura. Foi encarcerado no Aljube, em Peniche e em Caxias, cujos corredores comparou às «sombrias galerias de uma mina». Passado à clandestinidade, tornou-se num importante dirigente operacional do Partido Comunista Português.

Foi Deputado constituinte e integrou a bancada do PCP entre 1976 e 1991, em décadas decisivas de transição democrática e transformação nacional. Dirigiu o *Avante!* e foi, em 1980, candidato à Presidência da República, tendo desistido a favor do General António Ramalho Eanes.

Em tensão ideológica com o seu partido de origem, fundou, na viragem do milénio, a Associação Política Renovação Comunista, defendendo a convergência das esquerdas.

Pai de duas filhas, deixou-nos mais de uma dezena de livros, entre obras políticas, memorialísticas e poéticas. Recebeu a Ordem do Infante D. Henrique e a Ordem da Liberdade. Viveu vencendo o medo e encarnando os versos que um dia escreveu: «Crescer à altura de uma ideia / até à morte / e fazê-la vencer.»

A Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta pesar pela morte de Carlos Brito e endereça condolências à sua família e amigos, prestando tributo ao seu legado de combate político e reconhecendo um contributo ímpar no percurso democrático do País.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

*Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD e da IL.*

Segue-se o Projeto de Voto n.º 549/XVII/1.ª (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de José Adriano Gago Vitorino. Para o ler, tem a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, aos 80 anos de idade, José Adriano Gago Vitorino, natural de Conceição de Faro.

Foi Deputado à Assembleia da República nas I, II e III Legislaturas, Secretário de Estado das Comunidades entre 1981 e 1983, Governador Civil do Distrito de Faro, Presidente da Câmara Municipal de Faro, Presidente do PSD Algarve e figura marcante da vida pública algarvia e nacional.

José Adriano Gago Vitorino dedicou uma parte muito significativa da sua vida ao serviço público, à intervenção cívica e à defesa do Algarve.

Ao longo do seu percurso, distinguiu-se por uma intervenção convicta, preparada e reivindicativa. Frontal, defendeu o Algarve com voz própria, sem subjugação nem temor, afirmando a necessidade de uma região mais forte, mais respeitada e mais presente nas decisões nacionais.

Entre os seus notáveis contributos, avulta o papel no processo legislativo que conduziu à criação da Universidade do Algarve. José Vitorino foi o primeiro subscritor da iniciativa legislativa que esteve na origem da criação daquela instituição, numa causa que viria a revelar-se absolutamente transformadora para a região.

A Universidade do Algarve mudou o Algarve. Fixou conhecimento, criou oportunidades, formou gerações, qualificou a região e aproximou-a da ciência, da investigação e da inovação. É uma obra que sobrevive aos seus autores e que justifica, por si só, o reconhecimento público de quem nela teve papel fundador.

A Assembleia da República recorda, neste momento, José Adriano Gago Vitorino, antigo Deputado, servidor da causa pública e defensor do Algarve, prestando homenagem ao seu percurso cívico, político, parlamentar, autárquico e associativo.

Deste modo, a Assembleia da República, reunida em Plenário, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de José Adriano Gago Vitorino e endereça à sua família, amigos e a todos quantos com ele partilharam a vida pública e cívica as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a parte deliberativa deste projeto de voto.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.*

Srs. Deputados, vamos prosseguir, com a votação da parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 539/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Assuntos Europeus e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pela celebração do Dia da Europa.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e o voto contra do PCP.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, em relação a este projeto de voto apresentaremos uma declaração de voto por escrito.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.
Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, para o mesmo efeito.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.
Vamos agora votar a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 540/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De saudação pelo centenário da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Vamos votar a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 545/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia.

*Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.*

Vamos votar a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 546/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos 128 anos do Aquário Vasco da Gama.

*Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do JPP e a abstenção do PAN.*

Passamos, agora, à votação do Projeto de Resolução n.º 970/XVII/1.ª (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, IP.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos votar o requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, da Proposta de Lei n.º 65/XVII/1.ª (GOV) — Altera a Lei n.º 34/94, de 14 de setembro, que define o regime de acolhimento de estrangeiros ou apátridas em centros de instalação temporária, a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, e a Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do PCP e do BE.*

Vamos agora votar o requerimento, apresentado pelo Chega, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 249/XVII/1.ª (CH) — Altera o regime de concessão de asilo e proteção subsidiária, com vista a reforçar o controlo das fronteiras externas e da permanência e trânsito de cidadãos estrangeiros em território nacional.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do CDS-PP, do PAN e do JPP e as abstenções do L, do PCP e do BE.*

Vamos ainda votar o requerimento, apresentado pelo Livre, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 576/XVII/1.ª (L) — Proíbe a detenção de pessoas particularmente vulneráveis em centros de instalação temporária e espaços equiparados.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 865/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que garanta a audição em tribunal de pessoas estrangeiras detidas na fronteira.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 128/XVII/1.ª (L) — Recomenda a proibição dos voos noturnos no Aeroporto de Lisboa.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.*

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 193/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que adote medidas adequadas a prevenir e punir os furtos de colheitas, combustível, gado e máquinas agrícolas.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD e do PCP, os votos a favor do CH, da IL e do JPP e as abstenções do PS, do L, do CDS-PP, do BE e do PAN.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 195/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a reativação e valorização da fileira da lã em Portugal.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS e do JPP, os votos contra da IL e do PAN e as abstenções do PSD, do L, do PCP, do CDS-PP e do BE.*

*Aplausos do CH.*

Esta iniciativa baixa à 7.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 202/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias à reativação da fileira da lã.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP, o voto contra do PAN e as abstenções do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Esta iniciativa baixa à 7.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 476/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a valorização da fileira da lã.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE e do JPP, os votos contra da IL e do PAN e as abstenções do PSD, do CH e do CDS-PP.*

Esta iniciativa baixa à 7.ª Comissão.

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 770/XVII/1.ª (L) — Por um cessar-fogo imediato no Líbano e proteção da população civil.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do CH e do CDS-PP e as abstenções do PSD, da IL e do PCP.*

Vamos proceder à votação final do Projeto de Resolução n.º 775/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a interdição do uso da Base das Lajes e do espaço aéreo português a aeronaves envolvidas na operação militar contra o Irão.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.*

*Burburinho na Sala.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Moreira Testa.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, apesar do alvoroço, é para anunciar que apresentaremos uma declaração de voto por escrito.

*Continuação do burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, ajudar-me-ão se eu não tiver de levantar um pouco a voz, porque estou um bocado rouco e a ficar afónico. Apanhei chuva ontem, no Luxemburgo, na visita oficial que fizemos, e devo estar aqui as sofrer as consequências.

Vamos continuar, com a votação final do Projeto de Resolução n.º 814/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que proponha, no seio da União Europeia, a revisão das exclusões da lista de sanções contra a Federação Russa obtidas por proposta dos governos da Hungria e da Eslováquia.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, do PCP e do CDS-PP e os votos a favor do PS, da IL, do L, do BE, do PAN e do JPP.*

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 796/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a cedência do antigo Internato de Santo António ao Turismo de Portugal para a criação da Residência de Estudantes da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do CH e do CDS-PP.*

Esta iniciativa baixa à 6.ª Comissão.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 893/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para reforçar a capacidade de atração e de frequência da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, designadamente através da criação de uma resposta de alojamento estudantil adequada.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do PS, do L, do PCP e do CDS-PP.*

Esta iniciativa baixa à 6.ª Comissão.

Vamos proceder à votação final global do texto final, relativo aos Projetos de Resolução n.os 752/XVII/1.ª (PSD) e 776/XVII/1.ª (CH), apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação — Recomenda ao Governo medidas para assegurar o acesso livre, equitativo e não discriminatório aos terminais rodoviários de passageiros, uniformizar o respetivo quadro técnico e funcional, prevenir conflitos de interesse na sua gestão, reforçar o regime sancionatório e proceder a uma auditoria nacional ao funcionamento dos terminais rodoviários e às práticas concorrenciais no setor.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP, o voto contra do PCP e a abstenção da IL.*

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º 688/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e reabilitação da Igreja de Santa Catarina e Convento dos Paulistas, em Lisboa.

*Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD, do L, do PCP e do CDS-PP.*

Vamos proceder à votação final global do texto final relativo aos Projetos de Resolução n.os 25/XVII/1.ª (CDS-PP) e 774/XVII/1.ª (PS), apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto — Recomenda ao Governo a valorização das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede como momento fundador dos 900 anos de Portugal, em articulação com o município de Guimarães.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Há ainda para votar um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que peço ao Sr. Secretário o favor de ler.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar ao Sr. Deputado Humberto Brito (PS) no âmbito do inquérito 420/25.8T9PFR que corre termos no Juízo de Instrução Criminal de Penafiel — Juiz 1.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, a nossa próxima sessão é no dia 20 de maio, às 15 horas, estando a ordem do dia disponível nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Está encerrada a sessão.

*Eram 13 horas e 31 minutos.*

———

*Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação*

***Nota:*** *As declarações de voto anunciadas pelo Deputado do PS Luís Moreira Testa, pelo Deputado do CH Pedro Pinto e pelo Deputado do BE Fabian Figueiredo não foram entregues no prazo previsto no n.º 4 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.*

———

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.